

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, (denominada "ELETRONUCLEAR" ou "Companhia"), empresa de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, com sua sede fixada na Rua da Candelária, nº 65 - 2º ao 14º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.091-020 tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW*, bem como a construção da terceira unidade nucleoelétrica, denominada usina Angra 3, cujo estágio está descrito na Nota 14g, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAEA.

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO		DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO	VALIDADE DA LICENÇA
		INICIAL	ATUAL		
ANGRA 1	640 MW	Portaria MME Nº 416 de 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Janeiro 1985	40 anos
ANGRA 2	1.350 MW	Exp.Mot. MME Nº 300 - 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Setembro 2000	40 anos
ANGRA 3	1.405 MW Previsão	Decreto Nº 75.870 de 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Em fase de construção	

A energia elétrica gerada pela Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2013, foi rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com a metodologia estabelecida na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009.

*Informação não auditada por auditoria independente

Essas cotas-partes representam o percentual da energia proveniente das usinas, a ser alocado a cada distribuidora, calculado pela razão entre o seu mercado faturado dos consumidores e a soma dos mercados faturados dos consumidores cativos de todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A ANEEL estabeleceu as cotas-partes anuais referentes à geração para os anos de 2013 a 2020, bem como os montantes de energia a serem alocadas às distribuidoras do SIN, através das Resoluções Homologatórias:

- 1.407/2012 de 21 de dezembro de 2012
- 1.663/2013 de 03 de dezembro de 2013
- 1.830/2014 de 25 de novembro de 2014

A Companhia apresenta capital circulante líquido positivo de R\$ 193.455 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 1.127.268, negativo, em 31 de Dezembro de 2014). A Companhia entende que mesmo apresentando esse índice positivo, existe um risco financeiro quanto a leitura do endividamento da Companhia junto ao seu Acionista o que pode acarretar em dificuldades para a tomada futura de financiamentos para a continuidade do empreendimento Angra 3, conforme descrito na nota 4c.

NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia em 10 de Novembro de 2015.

As demonstrações financeiras do terceiro trimestre de 2015 estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, referenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Essas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a indicação das alterações relevantes ocorridas no período e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e tendo sido mantidas as mesmas práticas contábeis.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, a exceção de certos os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo, conforme segue:

- Instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- O ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido de valor presente da obrigação do benefício definido.

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias, estão divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

- Conversões em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das informações trimestrais das controladas. As informações trimestrais de cada controlada, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para o Real utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos exercícios. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica). Tais controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados são reconhecidos no resultado da Controladora na proporção da participação do investimento.

As taxas utilizadas na conversão das informações trimestrais das controladas no exterior, para a moeda de apresentação dessas informações trimestrais, estão apresentadas abaixo:

Moeda	Nome	País	Taxa Final		Taxa Média	
			30/09/2015	31/12/2014	3º Trim./15	3º Trim./14
USD	Dólar Americano	Estados Unidos	3,9729	2,6562	3,548	2,2752
EUR	Euro	União Europeia	4,4349	3,2270	3,949	3,0141

- Demonstrações do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou a DVA individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia está avaliando os efeitos que esta norma possa ter nas Demonstrações Financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 possa ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

NOTA 3 – DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias são os mesmos adotados na preparação das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

3.1. - Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

3.1.1. – Operação Lava Jato

Conforme tem sido amplamente divulgado na mídia, em 2014 foi deflagrada a chamada “Operação Lava Jato”, que investiga, segundo informações públicas, a existência de um suposto esquema de corrupção envolvendo empresas responsáveis, principalmente, por obras no setor de infraestrutura no Brasil.

Em razão das notícias divulgadas na imprensa envolvendo empresas que também prestam serviços para 2 (duas) sociedades de propósito específico (“SPEs”) Norte Energia S.A (UHE Belo Monte) e Energia Sustentável do Brasil SA. (Usina HE Jirau), nas quais a Eletrobras possui participação acionária minoritária, bem como para a controlada Eletrobras Termonuclear S.A. – Eletronuclear (“Eletronuclear”) (UTN Angra 3), em março de 2015, foram abertas 3 (três) comissões de correição, a fim de verificar os processos de contratação de empreiteiras pelas referidas empresas. Os trabalhos das referidas comissões foram encerrados posteriormente e aprovados internamente pela Diretoria Executiva da Eletrobras, tendo sido então encaminhados para o escritório Hogan Lovells. As comissões mencionadas não encontraram indícios de dano à Companhia considerando o escopo e as limitações da investigação. No entanto, o relatório das comissões reconhecem a possibilidade de, com o aprofundamento das investigações e do escopo, bem como com o uso de outras ferramentas não disponíveis para as comissões internas, se identificarem futuramente eventuais pontos para considerações, importando destacar que a investigação independente contratada, adiante mencionada, aprofundará esse exame, uma vez que os contratados possuem ferramentas exclusivas e expertise específica.

Em 25 de abril de 2015, foi divulgado pela imprensa a delação que teria sido realizada pelo ex diretor-presidente da construtora Camargo Corrêa, no âmbito da “Operação Lava Jato”, no sentido de que à época da contratação do consórcio construtor pela Eletrobras Termonuclear S.A – Eletronuclear (“Eletronuclear”) para construção da montagem eletromecânica da Usina Nuclear de Angra 3, teria tido notícias que foram feitas negociações para pagamento de supostas propinas a funcionários da contratante - entre eles o então Diretor Presidente da Eletronuclear, Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, e que, mediante acordo com a referida empresa, haveria acerto para que determinadas construtoras saíssem vencedoras no edital desta contratação.

Não obstante o fato de que, em abril de 2015, as comissões internas de investigação ainda não tivessem concluído os trabalhos, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou, em 29 de abril de 2015, a adoção de providências adicionais necessárias para a contratação de empresa especializada para realizar investigação, visando garantir a transparência e independência dos trabalhos de apuração dos fatos, sob o ponto de vista da legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América.

Na mesma data, o então Diretor-Presidente da Eletronuclear, Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, solicitou licença do cargo justificando que seu afastamento garantiria a independência e transparência dos trabalhos de investigação a serem realizados, tendo se colocado à disposição para prestar todos os esclarecimentos que se fizessem necessários.

Diante disso, o Conselho de Administração da Eletronuclear aprovou, em 29 de abril de 2015, que o cargo de Diretor-Presidente fosse assumido, interinamente, durante a referida licença, pelo atual Diretor de Operações daquela empresa, Sr. Pedro José Diniz Figueiredo.

Conforme determinado pelo seu Conselho de Administração, em 11 de junho de 2015, a Eletrobras contratou o escritório de advocacia Hogan Lovells, com vasta experiência em investigações internas e questões de “compliance”, para (i) avaliar os controles internos da Eletrobras e das sociedades das quais participe (participação majoritária ou minoritária); (ii) assessorar a Eletrobras em relação às investigações conduzidas pelas autoridades brasileiras; bem como (iii) intermediar e conduzir as interações com o US Department of Justice (“DOJ”) e a Securities and Exchange Commission (“SEC”). No âmbito do processo de investigação independente conduzido pela Hogan Lovells, teve início a coleta de informações armazenadas digitalmente, incluindo a análise de computadores e aparelhos móveis como celulares, desktops, laptops, servidores e outros aparelhos, assim como a avaliação de informações e revisão de dados ERP.

A Companhia, concomitantemente às providências acima citadas, solicitou, em março de 2015, às autoridades encarregadas pelas citadas investigações, que fosse esclarecido se (i) havia informações ou provas no âmbito da “Operação Lava Jato” que pudessem afetar as empresas Eletrobras e seus projetos e, (ii) em caso afirmativo, que lhe fosse dado acesso aos referidos documentos.

Em resposta ao pedido da Eletrobras, a Polícia Federal informou, em 26 de março de 2015, que as investigações da “Operação Lava Jato” corriam sob sigilo e não havia autorização judicial específica para compartilhamento de informações com a Companhia ou para dar-lhe acesso aos autos do competente inquérito policial.

Considerando que novas notícias foram divulgadas na mídia envolvendo a construção da UTN Angra 3, com referência a trechos de supostos depoimentos sigilosos concedidos no âmbito da “Operação Lava Jato”, a Companhia reiterou à Polícia Federal o pedido de acesso aos documentos que teriam sido disponibilizados à imprensa. Tendo em vista nova recusa da Polícia Federal, a Eletrobras promoveu, em 17 de junho de 2015, medida cautelar de exibição de documentos em face do Ministério Público Federal e da Polícia Federal com o fito de ter acesso às delações premiadas que envolvem as empresas integrantes do Sistema Eletrobras e seus executivos (“Ação Cautelar”).

Com o andamento das investigações e da divulgação de trechos da delação premiada do ex diretor-presidente da Camargo Corrêa, o Sr. Dalton dos Santos Avancini, na última semana de junho de 2015, a mídia divulgou o suposto envolvimento do Diretor da Eletrobras Eletronorte, o Sr. Adhemar Palocci, no pagamento de propina na construção da usina de Belo Monte.

Adicionalmente, em 11 de julho de 2015, a mídia publicou trechos da delação premiada do controlador da UTC, Sr. Ricardo Pessoa, envolvendo o diretor da Eletrobras, Sr. Valter Luiz Cardeal, no pagamento de propinas no âmbito do contrato do consórcio ANGRAMON com a Eletronuclear, para montagem eletromecânica da usina de Angra 3.

No dia 28 de julho de 2015, durante a 16ª fase da “Operação Lava Jato”, o então diretor-presidente da Eletrobras Eletronuclear foi preso pela Polícia Federal, tendo pedido demissão do cargo em 05 de agosto de 2015. Ainda em 28 de julho de 2015, autoridades federais estiveram presentes em instalações da Eletrobras Eletronuclear e fizeram apreensão de determinadas informações eletrônicas e físicas.

Em 31 de julho de 2015, os Srs. Adhemar Palocci e Valter Luiz Cardeal solicitaram licença de seus cargos como diretores da Eletronorte e Eletrobras, respectivamente, com vistas a facilitar as investigações. Posteriormente, no dia 05 de agosto de 2015, o Sr. Valter Luiz Cardeal solicitou licença também dos Conselhos de Administração das empresas CGTEE, Amazonas GT e Eletrosul.

Com vistas a garantir mais transparência e independência às investigações demandadas pelo Conselho de Administração da Eletrobras, em 31 de julho de 2015, o próprio Conselho aprovou a criação da Comissão Independente para Gestão da Investigação que supervisionará os trabalhos de investigação em andamento do escritório contratado Hogan Lovells. Para tal comissão, o Conselho aprovou a indicação da Dra. Ellen Gracie Northfleet e do Dr. Durval José Soledade Santos, respectivamente, ex-ministra do Supremo Tribunal Federal e ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários. Em 14 de agosto de 2015 o Conselho de Administração da Eletrobras indicou o Sr. Manoel Jeremias Leite Caldas para compor a referida Comissão, na condição de representante dos acionistas minoritários.

Em 01º de agosto de 2015, a mídia noticiou o Acordo de Leniência firmado entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e a Construtora Camargo Corrêa para delatar condutas anticompetitivas no mercado de obras de montagem eletromecânica para a usina de Angra 3. As empresas participantes da conduta indevida seriam: Construtora Andrade Gutierrez S.A., Construtora Norberto Odebrecht S.A., Construtora Queiroz Galvão S.A., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., Empresa Brasileira de Engenharia S.A, Techint Engenharia e Construções S.A e UTC Engenharia S.A. Este acordo prevê ressarcimento de valores à Eletronuclear.

Em 07 de agosto de 2015, a Eletrobras peticionou na Ação Cautelar, reiterando o pedido de acesso às informações contidas nas investigações da Operação Lava Jato que digam respeito a ela própria ou às suas controladas e coligadas.

Em 02 de setembro de 2015, Eletronuclear suspendeu por 60 (sessenta) dias a execução dos serviços relacionados a montagem eletromecânica da Usina Nuclear de Angra 3, a fim de verificar os requisitos de habilitação e capacidade econômico-financeira das empresas remanescentes do consórcio ANGRAMON, posteriormente, em 28 de setembro de 2015, além de outras informações mencionadas alhures, a Eletronuclear suspendeu por 90 (noventa) dias o contrato firmados com a Construtora Andrade Gutierrez, responsável pela execução das obras civis de Angra 3, bem como os contratos relacionados à construção da Usina Nuclear de Angra 3, podendo tal suspensão ser prorrogada por até 120 (cento e vinte) dias.

Em relação ao empreendimento Angra 3, a Companhia reconhece uma perda por redução ao valor recuperável (impairment), até 30 de setembro de 2015, no montante de R\$ 4.475.899, conforme CPC 01/IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Na medida em que os citados trabalhos de investigação por empresa especializada independente evoluírem e produzirem informações e dados suficientes para que a Companhia avalie, de acordo com a legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América, os eventuais impactos sobre as Informações Financeiras Intermediárias, os mesmos serão contabilizados e/ou divulgados. Como as ações relacionadas à investigação ainda estão em andamento, não foi possível identificar e refletir nestas Informações Financeiras Intermediárias eventuais impactos, se houver, relacionados a este tema.

NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

As descrições dos saldos contábeis e dos valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos nas demonstrações financeiras estão identificadas a seguir:

DESCRIPTIVO	Mensuração	2015		2014	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor Justo	2.222	2.222	18.361	18.361
Títulos e Valores Mobiliários	Valor Justo	502.492	502.492	423.574	423.574
Clientes	Custo Amortizado	187.308	187.308	254.200	254.200
Ativos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado					
Títulos e Valores Mobiliários	Valor Justo	426.120	426.120	-	-
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores	Custo Amortizado	517.236	517.236	559.123	559.123
Financiamentos e empréstimos	Custo Amortizado	6.592.019	6.592.019	5.146.242	5.146.242

4.1 - Fatores de risco

O Conselho de Administração da Companhia (CA) tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Auditoria Interna e a Gerência de Riscos e Conformidades de Controles são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O reporte de suas atividades é feito regularmente ao Conselho de Administração.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Eletronuclear está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Eletronuclear, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos:

- Riscos de mercado
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco operacional

a) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros e outros riscos de preço - que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno, a saber:

a.1) Risco de taxa de câmbio

Os riscos de flutuação nas taxas de câmbio podem estar associados às exposições de algumas moedas em relação a ativos e passivos da Companhia, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos (fundo para descomissionamento e fornecedores) e ao euro (fornecedores).

Com exceção de compra de dólar futuro, detalhado na Nota 11, que compõem a carteira do fundo exclusivo para descomissionamento, não há operações financeiras contratadas que protejam a Companhia dessa exposição.

A totalidade da dívida da ELETRONUCLEAR está garantida pela Eletrobras.

A análise de sensibilidade da exposição cambial pode ser resumida como segue:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - 30 de Setembro de 2015						
			Cenário I		Cenário II	
			25%		50%	
Composição	Risco	Valor Justo	Valor	Ganho/Perda	Valor II	Ganho/Perda
<u>Ativo</u>						
Fundo para descomissionamento	Desvalorização do Real	502.492	628.115	125.623	753.738	251.246
<u>Passivo</u>						
Fornecedores - exterior	Desvalorização do Real	(27.622)	(34.528)	(6.906)	(41.433)	(13.811)
TOTAL		474.870	593.587	118.717	712.305	237.435

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - 31 de Dezembro de 2014						
			Cenário I		Cenário II	
			25%		50%	
Composição	Risco	Valor Justo	Valor	Ganho/Perda	Valor II	Ganho/Perda
<u>Ativo</u>						
Fundo para descomissionamento	Desvalorização do Real	341.894	427.368	85.474	512.841	170.947
<u>Passivo</u>						
Fornecedores - exterior	Desvalorização do Real	(24.295)	(30.369)	(6.074)	(36.443)	(12.148)
TOTAL		317.599	396.999	79.400	476.399	158.800

a.2) Risco de juros

A Administração da ELETRONUCLEAR entende que a exposição a risco de juros não é significativa visto que os empréstimos e financiamentos são indexados a UFIR e TJLP e todos são captados em moeda nacional. Ambos os indexadores não sofreram oscilação relevante no exercício corrente, sendo a variação da UFIR de 0,06 % e a da TJLP 0,17 %.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A ELETRONUCLEAR, conforme descrito nas Notas 1 e 6, tem a totalidade da sua geração de energia elétrica a partir de janeiro de 2013 comercializada, através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A Resolução Normativa nº 530, de 21 de dezembro de 2012 evidencia que apesar de o faturamento ser repassado pela CCEE, o risco de crédito final é da ELETRONUCLEAR. Dessa forma, a ELETRONUCLEAR monitora constantemente os possíveis efeitos e a eventual necessidade de contratação de instrumentos de proteção.

Abaixo, apresentamos as principais contas sujeitas a risco de crédito:

PRINCIPAIS CONTAS SUJEITAS A RISCO DE CRÉDITO		
COMPOSIÇÃO	SALDO EM 30/09/2015	SALDO EM 31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa	2.222	18.361
Clientes - Venda de energia	187.308	254.200
TOTAL	189.530	272.561

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

- Índices de liquidez:

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível em caixa e equivalentes de caixa. A gestão deste risco implica em manter caixa e equivalentes, além de aplicações, que permitam à Companhia ter capacidade de liquidar suas posições de mercado nos respectivos vencimentos. Abaixo, apresentamos os principais indicadores:

- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente de 1,21 (0,46 em 31 de Dezembro de 2014) e;

- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto e de longo prazo, revela um índice de liquidez geral de 0,25 (0,26 em 31 de Dezembro de 2014).

Em 2013, a Companhia firmou um contrato com a Caixa Econômica Federal, (Empréstimo-Ponte nº 0418.626-06/2013) no valor de R\$ 1 bilhão, tendo sido utilizados R\$ 200.000 em 2013, e R\$ 800.000 em 2014, totalizando o montante de R\$ 1.000.000.

O prazo máximo para assinatura do contrato de garantia da União foi em 30 de Junho de 2015, conforme Segundo Termo Aditivo, assinado em 30 de dezembro de 2014, que alterou o prazo de vencimento para 21 meses a partir da assinatura do contrato. No entanto, o Empréstimo-Ponte junto à Caixa Econômica Federal teve nova prorrogação e o primeiro desembolso do contrato de financiamento do projeto nº 0410.351-27/2013 foi realizado em 27 de julho de 2015, totalizando R\$ 1.983.570, incluindo os recursos necessários para a quitação do empréstimo-ponte. Esse montante foi classificado no Passivo não Circulante.

Desta Maneira, na mesma data da liberação dos recursos do contrato nº 0410.351-27/2013 foi processado o pagamento do saldo devedor total do empréstimo-ponte, classificado até então no passivo circulante, no montante de R\$ 1.078.003.

O valor quitado contempla o montante total liberado da linha de financiamento e os encargos capitalizados durante a vigência do contrato.

Considerando o exposto acima, a Administração da ELETRONUCLEAR entende que os riscos de liquidez corrente estão administrados. O índice de liquidez geral está afetado pelos financiamentos das obras da Usina Angra 3, com entrada em operação e consequente início de receita previstas para o fim de abril de 2019.

No quadro abaixo, estão demonstrados os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Os valores divulgados no quadro são os fluxos de caixa não descontados contratados:

PASSIVOS FINANCEIROS POR VENCIMENTO				
DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2014 (i)				
- Empréstimos	1.230.364	317.056	1.456.790	5.635.932
- Fornecedores (iii)	456.396	51.363	51.364	-
TOTAL	1.686.760	368.419	1.508.154	5.635.932
Em 30 de setembro de 2015 (i)				
- Empréstimos	50.576	367.457	1.968.993	10.573.059
- Fornecedores (iii)	401.368	57.934	57.934	-
TOTAL	451.944	425.391	2.026.927	10.573.059

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e fornecedores.

(ii) A divisão das faixas de vencimento não são determinadas pelas normas e sim baseadas em uma opção da administração de acordo com os contratos.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

- Redução do Patrimônio Líquido

Face a crescente redução do patrimônio líquido decorrente dos sucessivos prejuízos da ELETRONUCLEAR provocados essencialmente pelo aumento progressivo do valor do *impairment* de Angra 3 (ver nota 14 c.3), desperta-se um risco financeiro quanto a leitura do endividamento da Companhia junto ao seu Acionista o que pode acarretar em dificuldades para a tomada futura de financiamentos para a continuidade do empreendimento Angra 3. Entretanto, a administração da Companhia entende que resolvida a questão do refazimento da tarifa de Angra 3, conforme elucidado na nota 14 c.4, ficaria atendida a condição necessária para que o BNDES e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL aditassem os contratos de empréstimos, hoje existentes, de forma a garantir o financiamento restante para a consecução do empreendimento, bem como a possibilidade da redução ou reversão do valor do *Impairment*.

d) Risco operacional

A ELETRONUCLEAR tem como atividade principal a operação das usinas Angra 1 e 2, e por tal tem apresentado nos últimos anos um excelente nível de eficiência com destaque até no cenário internacional.

Toda a energia produzida por essas usinas tem fornecimento contratual de longo prazo firmado com as distribuidoras de energia elétrica, contratos esses regulados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A Eletronuclear entende que o risco de inadimplência fica mitigado na quitação desse faturamento, face a atividade de administração financeira estar sob o controle da CCEE, que possui autonomia sobre os recursos reservados pelas distribuidoras para esse fim.

A receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 é regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, através do modelo PRORET – Módulo 6 – Submódulo 6.7, com reajustes inflacionários anuais e revisões tarifárias trienais, estando a primeira revisão em andamento para vigorar a partir de janeiro de 2016. A receita fixa atual, vigorando para 2015, foi definida pela Resolução Homologatória nº 1.842 de 16.12.2014 (DOU 17.12.2014) no montante de R\$ 2.246.259.889,69 (dois bilhões, duzentos e quarenta e seis milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta e nove centavos).

Salienta-se que conforme regras de comercialização das energias de Angra 1 e 2, os desvios eventuais (sobras ou faltas) são apurados em cada exercício e são faturados ou devolvidos em duodécimos no exercício seguinte.

Assim considerando, entende a administração da ELETRONUCLEAR não haver nenhuma expectativa econômica e financeira, que possa indicar um risco de descontinuidade operacional dessas usinas.

Quanto a Usina Angra 3, em fase de construção, terá a totalidade de sua produção de energia elétrica comercializada sob o erige da Portaria MME Nº 980 de 23/12/2010, que culminou com a celebração do Contrato de Energia de Reserva – CER com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Esse regime de comercialização determina o fornecimento de uma quantidade de energia firme a uma tarifa regulada. Tal tarifa encontra-se em fase de revisão no MME/ANEEL de modo que possa incluir a totalidade dos custos necessários a tornar o empreendimento com retorno assegurado.

Portanto a modalidade de comercialização de Energia de Reserva da Usina Angra 3, assegura a esse projeto todas as garantias e compromissos de um modelo não exposto ao mercado de energia elétrica de curto prazo.

A administração da Empresa ressalva que diante da dificuldade de obtenção das fontes recursos para suportar o empreendimento de Angra 3, a companhia suspendeu os contratos de fornecimentos de bens e serviços associados ao empreendimento por 120

dias, amparada pelo inciso XIV do art. 78 da lei 8.666/93. Até o presente período a Companhia entende que esse prazo seja suficiente para assegurar a preservação e integridade dos serviços já executados, além da implementação de ações a um nível de desempenho capaz de recuperar os possíveis impactos no cronograma da obra de Angra 3.

4.2 - Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a ELETRONUCLEAR monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de curto prazo.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	30/09/2015	31/12/2014
Total dos financiamentos e empréstimos (Nota 17a)	6.592.019	5.146.242
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5a)	(2.222)	(18.361)
(-) Títulos e val. mobiliários de curto prazo (Nota 5b)	(426.120)	(81.680)
Dívida líquida	6.163.677	5.046.201
Total do patrimônio líquido	1.363.074	4.796.475
Total do capital total	7.526.751	9.842.676
Índice de alavancagem financeira - %	82	51

4.3 - Instrumentos financeiros por categoria

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA - 30/09/2015			
R\$ MIL			
DESCRITIVO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 30/09/2015
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Contas a receber de clientes	187.308	-	187.308
- Caixa e equivalentes de caixa	2.222	-	2.222
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo	-	426.120	426.120
- Títulos e valores mobiliários de longo prazo	502.492	-	502.492
Em 30 de Setembro de 2015	692.022	426.120	1.118.142

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA - 31/12/2014			
R\$ MIL			
DESCRITIVO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/12/2014
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Contas a receber de clientes	254.200	-	254.200
- Caixa e equivalentes de caixa	18.361	-	18.361
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo	-	81.680	81.680
- Títulos e valores mobiliários de longo prazo	-	341.894	341.894
Em 31 de Dezembro de 2014	272.561	423.574	696.135

4.4 - Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. A Administração entende que os valores justos de seus passivos financeiros são próximos dos seus valores contábeis, tendo em vista a disponibilidade de instrumentos financeiros similares no mercado e, portanto de juros e condições equivalentes.

Valor justo hierárquico

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto a seguir:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Em 30 de setembro de 2015 a classificação por Nível Hierárquico apresenta-se da seguinte forma para os instrumentos financeiros valorizados a valor justo:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DESCRITIVO	R\$ MIL				
	Nível 1		Nível 2		Total
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	
Títulos e valores mobiliários de curto prazo	81.680	81.680	-	-	81.680
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	341.894	341.894	-	-	341.894
Total de ativos em 31/12/2014	423.574	423.574	-	-	423.574
Títulos e valores mobiliários de curto prazo	426.120	426.120	-	-	426.120
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	502.492	502.492	-	-	502.492
Total de ativos em 30/09/2015	928.612	928.612	-	-	928.612

Gerenciamento do capital

A política da Administração, bem como as demais áreas, procura um equilíbrio entre a rentabilidade vis-à-vis o risco incorrido, de modo a não expor seu patrimônio ou de sofrer aumento súbito ou flutuações do mercado. Visando a gestão do capital saudável, a Companhia adota a política de preservar a liquidez com o acompanhamento de perto do fluxo de caixa de curto e longo prazo.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO PRAZO

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil, em 25 de maio de 2005, as aplicações financeiras resultantes das receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas por intermédio da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversível em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são aquelas cujos recursos são

destinados ao atendimento da gestão de caixa da Companhia. Aquelas aplicações de recursos, que são de comprometimento nas atividades de investimentos e que não fazem parte da gestão de caixa, são classificadas como títulos e valores mobiliários.

As aplicações financeiras da Companhia apresentadas no quadro abaixo (“b - Títulos e valores mobiliários de curto prazo”) resultam de recursos oriundos de financiamento concedido pelo BNDES e pela Caixa Econômica Federal para construção da usina Angra 3, que são mantidos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal por força contratual. Estão aplicados em Extramercado FAE - Fundo de Investimento em Renda Fixa que oferece liquidez diária e são compostas, principalmente, de títulos do governo brasileiro e certificados de depósitos bancários. O fundo de investimento possui possibilidade de resgate com liquidez imediata e sem carência.

a) Caixa e equivalentes de caixa

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Composição	R\$ MIL	
	30/09/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	2.222	18.361
SALDO	2.222	18.361

b) Títulos e valores mobiliários de curto prazo

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		
Composição	R\$ MIL	
	30/09/2015	31/12/2014
Investimento em renda fixa:		
* BB Extramercado FAE 2	30.182	-
* BB Extramercado BNDES FAE 2	-	-
** Fundo de Investimento Caixa Extramercado VI IRF-M	395.938	81.680
TOTAL	426.120	81.680

Os recursos oriundos de financiamento concedido pelo BNDES e pela Caixa Econômica Federal são para construção da usina Angra 3.

* Rentabilidade no ano: 8,85% em 2015 e 10,47% em 2014

** Rentabilidade no ano: 8,98% em 2015 e 10,45% em 2014

Em 2015, até 30 de setembro, houve aplicação em títulos e valores mobiliários de curto prazo no valor de R\$ 920.000, rendimento bruto de R\$ 14.533, resgate de recursos, incluso IRRF e pagamento de IOF, no montante R\$ 590.093.

NOTA 6 – CLIENTES

CLIENTES - CONTAS A RECEBER		
BALANÇO	R\$ MIL	
	Ativo Circulante 30/09/2015	Ativo Circulante 31/12/2014
Energia contratada	214.686	171.706
Desvio negativo	(27.378)	-
Desvio positivo	-	82.494
TOTAL	187.308	254.200

- a) O faturamento da Companhia é realizado, mensalmente, com base na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN. Em setembro de 2015 não há registro de inadimplência por parte das concessionárias de distribuição.
- b) O desvio negativo (ressarcimento) de R\$ 27.378 provisionados até setembro de 2015 é em decorrência de a energia fornecida ter sido menor que a energia garantida para 2015. Este valor corresponde ao montante apurado e valorado ao máximo entre o Preço de Liquidação das Diferenças – PLD médio do ano em referência e Receita Fixa e deverá ser devolvido a todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN em doze parcelas no exercício de 2016.
- c) A companhia estará tratando o assunto referente à revisão do cálculo da parcela variável diretamente com a ANEEL.

NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – ATIVO

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE	
	30/09/2015	31/12/2014
IRRF sobre aplicações financeiras	-	194
IRRF sobre serviços prestados a terceiros	-	61
CSLL retida sobre serviços prestados a terceiros	-	51
Saldo de antecipações de IRPJ	-	40.829
Saldo de antecipações de CSLL	-	15.087
FGTS a Recuperar	131	131
Créditos fiscais PASEP e COFINS	17.174	17.135
Outros	110	110
TOTAL	17.415	73.598

NOTA 8 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários a sua fabricação e classificados contabilmente no ativo não circulante, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Depois de concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante, a parcela restante.

A amortização do combustível nuclear, ocorre pela perda do potencial de energia térmica dos elementos, o que proporciona a geração de energia elétrica. A amortização não é linear; não havendo geração de energia não há amortização.

COMBUSTÍVEL NUCLEAR		
BALANÇO	R\$ MIL	
	30/9/2015	31/12/2014
Concentrado de urânio	107.282	130.395
Elementos prontos	4.043.590	3.874.783
Serviços em curso	258.860	234.825
Consumo Acumulado	(3.470.434)	(3.238.195)
TOTAL	939.298	1.001.808
Ativo circulante	340.319	340.319
Ativo não circulante	598.979	661.489
TOTAL	939.298	1.001.808

A movimentação dos elementos de combustível nuclear prontos está apresentada a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DOS ELEMENTOS PRONTOS				
BALANÇO	R\$ MIL			
	SALDO EM 31/12/2014	ADIÇÕES	BAIXA	SALDO EM 30/09/2015
Ativo circulante	340.319	-		340.319
Ativo não circulante	3.534.464	168.807	-	3.703.271
TOTAL BRUTO	3.874.783	168.807	-	4.043.590
Consumo acumulado	(3.238.195)	-	(232.239)	(3.470.434)
VALOR LÍQUIDO	636.588	168.807	(232.239)	573.156

NOTA 9 – ALMOXARIFADO

O saldo do almoxarifado é composto por materiais utilizados para consumo nos montantes de R\$ 50.406 (R\$ 45.158 em 31 de dezembro de 2014) das usinas no curto prazo, assim como, os adiantamentos efetuados a fornecedores para a aquisição dos correspondentes materiais nos montantes de R\$ 14.269 (R\$ 12.406 em 31 de dezembro de 2014), totalizando R\$ 64.675 (R\$ 57.564 em 31 de dezembro de 2014).

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS

OUTROS ATIVOS	R\$ MIL		R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE		ATIVO NÃO CIRCULANTE	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Prêmios de seguros	-	4.128	-	-
Partes relacionadas	27.248	14.917	-	-
Contribuições as fundações	25.414	-	-	-
Antecipação de IPVA e IPTU	617	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	12.927	2.868	-	-
Furnas - Contingência trabalhista	-	-	15.732	15.732
Furnas - Contingência trabalhista atualização	-	-	6.312	6.040
INEPAR - multa contratual	4.141	4.141	-	-
Desativações em curso	2.302	2.296	-	-
Devedores diversos	7.180	4.871	1.289	1.289
TOTAL	79.829	33.221	23.333	23.061

Veja detalhes sobre as transações com partes relacionadas na Nota 32.

NOTA 11 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE LONGO PRAZO - FUNDO PARA O DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inserção na ELETRONUCLEAR dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das usinas Angra 1 e 2, foi constituído contabilmente uma obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme Nota 24.

De acordo com a determinação do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, as atribuições pelas atividades de instituir e viabilizar o fundo, para fazer face ao efetivo descomissionamento das usinas nucleares Angra 1 e 2, ao final da vida útil econômica das referidas usinas, foram atribuídas à Eletrobras.

Em 15 de janeiro de 2008, a Eletrobras fixou as diretrizes para implementação do fundo financeiro, informando a conta corrente para os depósitos, as datas de recolhimentos, bem como os valores das quotas mensais a serem recolhidas no exercício de 2008.

Assim sendo, a ELETRONUCLEAR, em 20 de fevereiro de 2008, iniciou o processo de pagamento à Eletrobras, para o devido recolhimento ao fundo financeiro para o descomissionamento.

Anualmente a Eletrobras estabelece o montante a ser recolhido ao fundo financeiro do Banco do Brasil para o descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2, considerando

como base do cálculo, a parcela considerada pela ANEEL na receita fixa das mencionadas usinas. Para o exercício de 2015 o valor fixado para depósito foi o montante R\$ 9.035.

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extra mercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2. A titularidade deste fundo pertence à Eletrobras, conforme determinado pelo CNPE.

A seguir, demonstramos o detalhamento de carteira do mencionado fundo:

DERIVATIVOS FUNDO DE DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	30/09/2015	31/12/2014
Conta-corrente	11	9
Dólar Comercial Futuro	(5.872)	(7.024)
LTN	334.080	341.894
NTNF	124.191	-
Operações Compromissadas	50.094	-
Outros	(12)	(10)
TOTAL	502.492	334.869

Mensalmente, a Eletrobras informa à ELETRONUCLEAR, os rendimentos financeiros incorridos durante o período sobre as aplicações do fundo, com a devida tributação do imposto de renda na fonte.

Em setembro de 2015, o fundo apresenta um ganho financeiro de R\$ 160.312 (Nota 29), (R\$ 40.897 em 2014), em função da carteira do Fundo Financeiro do Banco do Brasil para descomissionamento conter título vinculado à variação da moeda dólar norte-americano, sem saldo final representativo, porém com forte movimentação durante o período.

Nesse trimestre foram aplicados R\$ 19.368 no fundo para descomissionamento.

Abaixo, apresentamos o quadro da composição do fundo para descomissionamento:

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	30/09/2015	31/12/2014
Parcelamento quotas de 2005/2006/2007	68.797	58.875
Quotas de 2008 a 2014	180.335	178.150
Total de quotas recolhidas	249.132	237.025
Plano de Recolhimneto Adicional - quotas 2005 a2007	2.311	-
Ganhos líquidos auferidos acumulados	251.049	97.844
Patrimônio líquido do fundo	502.492	334.869
Ajuste da carteira de aplicações a realizar	-	7.025
Saldo da Carteira de Aplicativos do Fundo	502.492	341.894

NOTA 12 – DEPÓSITOS VINCULADOS

a) Composição

DEPÓSITOS VINCULADOS		
Composição	R\$ MIL	
	30/9/2015	31/12/2014
Depósitos judiciais		
Contingências trabalhistas	15.571	13.706
Contingências cíveis	196	124
Contingências tributárias	32.628	37.395
	48.395	51.225
Outros depósitos	234	642
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	10.236	8.339
TOTAL	58.865	60.206

b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DOS DEPÓSITOS VINCULADOS				
Composição	SALDO EM 31/12/2014	30/9/2015		
		BAIXAS	INCLUSÕES	SALDO
Depósitos judiciais	51.225	(9.672)	6.842	48.395
Outros depósitos	642	(408)	-	234
Atualização monetária s/depósitos judiciais	8.339	-	1.897	10.236
TOTAL	60.206	(10.080)	8.739	58.865

NOTA 13 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS SOBRE PREJUÍZOS FISCAIS

A Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.304.492 (R\$ 1.366.782 em 31 de dezembro de 2014) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.504.090 (R\$ 1.566.338 em 31 de dezembro de 2014).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

A Companhia não reconhece impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa, por não apresentar um histórico de resultados positivos nos três últimos anos e não ter expectativa de reverter a situação em curto prazo conforme prevê a Instrução CVM nº 371/2002.

O cálculo da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, e a composição dos impostos diferidos passivos, encontram-se detalhados na Nota 18.

NOTA 14 – IMOBILIZADO

Os bens e instalações utilizados na produção são vinculados ao serviço público de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, segundo a legislação federal vigente.

a) Composição do saldo do imobilizado

DESCRITIVO	% taxa anual de depreciação	IMOBILIZADO			
		30/09/2015			31/12/2014
		Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
EM SERVIÇO					
Terrenos		34.446	-	34.446	34.447
Ed.Obras Civas Benfeitorias		1.462.476	(744.756)	717.720	740.855
Máquinas e Equipamentos - Inst.Fixas		7.312.907	(3.139.323)	4.173.584	4.561.700
Máquinas e Equipamentos - Equip.Geral		125.837	(72.340)	53.497	53.095
Veículos		11.364	(6.763)	4.601	5.456
Móveis e Utensílios		21.182	(10.807)	10.376	10.853
Angras 1 e 2	3,3	8.968.213	(3.973.989)	4.994.224	5.406.406
EM CURSO					
Ed.Obras Civas Benfeitorias		35.499	-	35.499	13.671
Máquinas e Equipamentos - Inst. Fixas		139.812	-	139.812	96.045
Máquinas e Equipamentos - Equip.Geral		3.722	-	3.722	3.452
Veículos		1.913	-	1.913	2.322
Móveis e Utensílios		169	-	169	178
A Ratear *		199.540	-	199.540	162.542
Transf/fab e rep/mat em processo		3.002	-	3.002	3.002
Compras em andamento		1.015	-	1.015	896
Adiantamento a fornecedores		236	-	236	891
Angras 1 e 2		384.909	-	384.909	283.001
Terrenos		115	-	115	116
Ed.Obras Civas Benfeitorias		1.464.473	-	1.464.473	1.332.745
Máquinas e Equipamentos - Inst. Fixas		600.162	-	600.162	428.443
A Ratear		1.923.278	-	1.923.278	1.325.378
Compras em andamento		41.399	-	41.399	(1.541)
Adiantamento a fornecedores		2.049.474	-	2.049.474	1.736.887
Angras 3		7.169.244	-	7.169.244	5.354.537
Impairment Angra 3		(4.475.899)	-	(4.475.899)	(532.509)
		2.693.345	-	2.693.345	4.822.028
Angras 1, 2 e 3		3.078.255	-	3.078.255	5.105.029
TOTAL BRUTO		12.046.468	(3.973.989)	8.072.479	10.511.435
Obrigações especiais	3,3	(237)	208	(29)	(47)
VALOR LÍQUIDO		12.046.231	(3.973.781)	8.072.450	10.511.388

* Conforme requerido pela ANEEL, no ativo imobilizado em curso: A Ratear, serão registrados os custos realizados em benefício da obra como um todo, que não sejam passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito.

b) Movimentação do imobilizado

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2015 - R\$ MIL							
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2014	ADIÇÕES / DEPRECIACÃO	ENCARGOS FINANCEIROS E RENDIMENTOS CAPITALIZADOS	DEPRECIACÃO CAPITALIZADA	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	SALDO EM 30/09/2015
Em curso	6.195.372	1.099.911	267.566	585	(8.831)	(449)	7.554.154
<i>Impairment</i> Angra 3	(1.090.343)	(3.385.556)	-	-	-	-	(4.475.899)
Em serviço: custo	9.124.031	-	-	-	8.831	(164.649)	8.968.213
depreciação	(3.717.625)	(261.281)	-	(585)	-	5.502	(3.973.989)
Total em serviço	5.406.406	(261.281)	-	(585)	8.831	(159.147)	4.994.224
TOTAL BRUTO	10.511.435	(2.546.926)	267.566	-	-	(159.596)	8.072.479
Obrigações especiais	(47)	-	-	-	-	-	(47)
depreciação	-	18	-	-	-	-	18
TOTAL	10.511.388	(2.546.908)	267.566	-	-	(159.596)	8.072.450

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2014 - R\$ MIL							
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2013	ADIÇÕES / DEPRECIACÃO	ENCARGOS FINANCEIROS E RENDIMENTOS CAPITALIZADOS	DEPRECIACÃO CAPITALIZADA	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	SALDO EM 31/12/2014
Em curso	4.312.775	1.767.433	223.712	819	(108.799)	(568)	6.195.372
<i>Impairment</i> Angra 3	(532.509)	(557.834)	-	-	-	-	(1.090.343)
Em serviço: custo	8.852.816	-	-	-	108.799	162.416	9.124.031
depreciação	(3.369.641)	(349.932)	-	(819)	-	2.767	(3.717.625)
Total em serviço	5.483.175	(349.932)	-	(819)	108.799	165.183	5.406.406
TOTAL BRUTO	9.263.441	859.667	223.712	-	-	164.615	10.511.435
Obrigações especiais	(70)	-	-	-	-	-	(70)
depreciação	-	23	-	-	-	-	23
TOTAL	9.263.371	859.690	223.712	-	-	164.615	10.511.388

c) Valor recuperável dos ativos de longo prazo

A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base em valor em uso tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão.

c.1) Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;

c.2) Taxa de desconto

A taxa de desconto (após os impostos), para as Usinas Angra 1 e 2 - foi utilizada a taxa específica para o segmento de geração de 6,69% obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado. Para a Usina Angra 3, em função das características peculiares de financiamento, a taxa de desconto foi calculada considerando a estrutura de capital específica do projeto, o que resultou na taxa de desconto para a base setembro de 2015 de 5,47 % (4,51% na base dezembro 2014).Nesses cálculos foram utilizados, além dos parâmetros tradicionais conforme Nota Técnica Eletrobras 096/2015, o beta calculado pela ANEEL, conforme Nota Técnica ANEEL 381/2012; alavancando a estrutura de capital do projeto. A opção do beta utilizado pela ANEEL consiste no fato de que nenhuma empresa de geração de energia elétrica com capital aberto no Brasil possui ativos de geração de energia nuclear, ao contrário da amostra de empresas utilizada no cálculo do beta pela ANEEL, que considera empresas americanas com o mínimo de duas plantas nucleares de geração de energia.

c.3) Registro do *Impairment*

Os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda por desvalorização do ativo foram:

No período de três meses findo em 30 de setembro de 2015, o empreendimento sofreu alteração cronológica na expectativa de sua conclusão, decorrente da suspensão temporária de contratos por 90 dias extensiva até 120 dias. Com essa reprogramação, a nova data de entrada em operação passou para 01 de maio de 2019, com sincronização prevista para 31 de dezembro de 2018.

Nesse mesmo período o orçamento total do projeto foi atualizado para a base setembro de 2015, de modo a refletir o impacto das fortes oscilações nos índices inflacionários e cambiais, além da reprogramação de atividades devido o novo cronograma da obra.

Essas alterações, foram aprovadas em reunião da Diretoria Executiva, conforme RDE 1261.005/15 de 04/11/2015.

Esse novo orçamento total base setembro de 2015 de R\$ 19.801,1 milhões superou o de dezembro de 2014 de R\$ 17.170,5 milhões em R\$ 2.630,6 milhões, correspondente a um aumento de 15,3 %.

A taxa de desconto foi calculada pela metodologia WACC (*Weighted Average Cost of Capital* ou Custo Médio Ponderado de Capital), considerando os parâmetros tradicionais e usualmente utilizados no mercado.

Em função da realização do teste de “impairment” no período, houve a elevação na taxa de desconto, em 0,96%, passando de 4,51% (31 de dezembro de 2014) para 5,47% (30 de setembro de 2015). Os principais fatores que corroboraram para este aumento foram:

- Atualização do beta: para o cálculo do beta, foi considerada a ponderação dos betas das empresas comparáveis utilizadas na Nota Técnica ANEEL 381/2012, atualizada para a data de 30 de setembro de 2015 e realavancado pela estrutura de capital do projeto. A adoção deste cálculo para o beta, consiste no fato de que nenhuma empresa de geração de energia elétrica com capital aberto no Brasil possui ativos de geração de energia nuclear, ao contrário da amostra de empresas utilizada no

cálculo do beta pela ANEEL, que considera empresas americanas com o mínimo de duas plantas nucleares de geração de energia.

- Consideração de um risco adicional (alfa) relacionado a execução do projeto

A Metodologia aplicada no teste de impairment do empreendimento Angra 3 considera como ativo a recuperar, referente aos custos já realizados até a data do teste, 30 de setembro de 2015, comparado com um fluxo de caixa operacional da usina descontado, estendido até o término da vida útil econômica da usina de 40 anos após a entrada em operação.

Os custos a realizar até o término da construção, prevista para 30 de abril de 2019, foram adicionados ao fluxo de caixa do empreendimento como “CAPEX” durante os períodos de anos de realização de outubro de 2015 a abril de 2019. A partir daí, o fluxo de caixa segue com a projeção de resultado do empreendimento até abril de 2059

Foi desenvolvido um fluxo de caixa a partir dos valores do resultado projetados para maio de 2019 a preços de setembro de 2015, pelo período de vida útil econômica da usina em análise. O prazo estimado é de 40 anos, por sua semelhança a Usina Angra 2, que dispõe de licença de operação nesse prazo. Esse prazo é bastante conservador perante a expectativa conhecida de vida operacional desse tipo de instalação.

Os valores anuais obtidos no fluxo de caixa descontado foram acumulados ano a ano para serem comparados com o saldo do Ativo Imobilizado recuperável, representado pelo custo contábil realizado até 30 de setembro de 2015.

A análise elaborada pela Companhia determinou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável impairment na Usina Angra 3, no montante de R\$ 3.385.556 (R\$ 557.834 no exercício de 2014), provocando uma redução do Ativo Imobilizado correspondente, tendo como contrapartida o registro na conta de despesas operacionais em 30 de setembro de 2015. O valor acumulado de impairment no ativo imobilizado é R\$ 4.475.899 (R\$ 1.090.343 em dezembro de 2014).

A Companhia continua monitorando as estimativas e os riscos associados na determinação do valor recuperável desse empreendimento e, na medida que novas negociações, novos estudos ou novas informações se concretizem e requeiram modificações no plano de negócio dos empreendimento, as mesmas serão atualizadas para refletir tais alterações.

c.4) Tarifa

A receita calculada para o teste de *impairment* de setembro de 2015, teve base na tarifa contratual de 2009, R\$ 148,65 / MWh, devidamente ajustada pelos índices estabelecidos contratualmente. Esse procedimento é o mesmo padrão que vem sendo utilizado desde o início dessa avaliação. Em setembro de 2015 a tarifa ajustada representa R\$ 218,06 /MWh.

A tarifa a ser praticada pela Usina Angra 3 foi instituída quando da assinatura do fornecimento da energia da usina, em 2009 e foi regulamentada através da Portaria MME 980/2010 com o valor original de R\$ 148,65 / MWh.

A base utilizada na ocasião para o cálculo dessa tarifa, não teve equivalência com o custo do serviço da usina, assim como, também, não foi compatível com a média praticada nos

leilões de térmicas da ocasião, e, portanto, encontra-se em um patamar distinto e inferior ao seu seguimento.

A ELETRONUCLEAR vem realizando gestões junto ao MME e ANEEL no sentido de obter a revisão dessa tarifa aos valores adequados a tornar o empreendimento com retorno assegurado, podendo reduzir ou até anular o *impairment*, hoje registrado com efeitos positivos nos resultados futuros.

c.5) Sinergia

As Usinas Angra 2 e Angra 3 são oriundas de projetos similares e por isso tem sido utilizado o parâmetro de custos de Angra 2 em Angra 3. Ocorre que, existirá um ganho de custo/produzibilidade na entrada de Angra 3, por não haver necessidade de duplicar todas as atividades geradoras de custo, pois áreas comuns estarão atendendo as duas usinas.

A sinergia apurada para o projeto, considerando estudos internos baseados na utilização da mão de obra da Companhia, apontou para um patamar de cerca de 32%. De forma conservadora, foi utilizada no teste de *impairment* de setembro de 2015 uma sinergia de 28%, devidamente justificada conforme Nota Técnica SF.A 013/2014.

Ocorrendo novos eventos de ordem estrutural do projeto, que indiquem uma nova força de trabalho, diferente das atualmente previstas, o estudo será atualizado para que represente tais alterações no percentual para testes de *impairment* futuros.

d) Licenciamento das usinas Angra 1 e 2

As usinas nucleares são submetidas a dois processos de licenciamento: Licenciamento Ambiental, expedido pelo IBAMA e Licenciamento Nuclear, pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Atualmente, a Usina Angra 1 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP), emitida pela CNEN, em 1994 e renovada em 17 de setembro de 2010, válida por 14 anos; corresponde a 40 anos contados a partir da data de entrada em operação: 01.01.1985 e a Usina Angra 2 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP), concedida pela Resolução CNEN n.º 106/2011, válida por 30 anos a partir de 15.06.2011, o que corresponde a 40 anos contados a partir da data de entrada em operação: 30.09.2000.

Em 12 de março de 2014 o IBAMA emitiu a Licença de Operação, unificada, nº 1217/2014 para as Usinas de Angra 1 e 2, válida por 10 anos.

e) Interpretação Técnica ICPC 12 – Mudanças em Passivos

A Interpretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em passivos, aprovada pela Deliberação CVM 621, de 22 de dezembro de 2009, determina que a alteração de taxa de desconto aplicada em passivo de desativação deve refletir como atualização do ajuste a valor presente desse passivo, devendo tal alteração ser adicionada ao ativo correspondente.

A taxa de desconto atual para ajuste a valor presente é de 6,69% ao ano, estabelecida para aplicação por todas as Empresas do Sistema Eletrobras.

f) Pronunciamento Técnico CPC 27 – Sobressalentes no Imobilizado

A Companhia mantém em seu estoque uma gama de material de valor compatível às necessidades específicas de cada uma de suas usinas devido às características próprias e individuais dos projetos. Trata-se de componentes e respectivos sobressalentes de fabricação restrita, de disponibilidade reduzida e, na sua quase totalidade, adquirida do exterior, necessários de modo a garantir a performance e fluxo contínuo de operação.

g) Empreendimento Angra 3

O planejamento original para a construção da Usina Nuclear Angra 3 previa que a planta seria implementada com base em um Cronograma Executivo de 66 meses*. Tal premissa fundamental era alicerçada na experiência da ELETRONUCLEAR com a construção de Angra 2, excluídos os períodos nos quais suas atividades estiveram paralisadas, bem como, com os programas de implantação das usinas nucleares mais recentemente construídas na Alemanha. O início desse prazo foi caracterizado pelo início da execução dos serviços de concretagem do edifício do reator, ocorrido em 01 de setembro de 2010. A viabilização desse prazo contemplava diversas premissas, algumas das quais ainda não concretizadas e, adicionalmente, não se anteviam grandes dificuldades de natureza externa que impactassem sobremaneira o desenvolvimento das obras.

Diante desse quadro de incertezas, em setembro de 2012, a ELETRONUCLEAR comunicou à sua empresa controladora - Eletrobras que, com base em avaliações ainda preliminares, o empreendimento Angra 3 apresentava atrasos irrecuperáveis da ordem de 7 meses*, o que postergaria o início de operação comercial da usina, de 01 de dezembro de 2015 para 01 de julho de 2016.

Com base em análises detalhadas das diversas etapas que compõem o cronograma executivo, a ELETRONUCLEAR informou a sua controladora que o término da implantação de Angra 3 está previsto para 30 de abril de 2019.

Dentre os motivos externos que mais vêm impactando o cronograma do empreendimento, destacam-se:

- Dificuldades para a efetivação de um novo arranjo financeiro em aditamento no contrato da Caixa Econômica Federal (CEF); para suportar a aquisição de bens e serviços nacionais.
- O término das gestões junto à AREVA, visando buscar a redução dos prazos de fornecimento de equipamentos e sistemas importados, mormente aqueles associados à entrega da instrumentação e controle digital.
- Alteração cronológica na expectativa de conclusão do empreendimento Angra 3, decorrente da suspensão temporária de contratos por 90 dias extensiva até 120 dias. Com essa reprogramação, a nova data de entrada em operação passou para 01 de maio de 2019, com sincronização prevista para 31 de dezembro de 2018.

Em 11 de março de 2014 o IBAMA emitiu a Licença de Instalação nº 591/2009 – 2º retificação, para a Usina de Angra 3, válida por 6 anos.

NOTA 15 – INTANGÍVEL

O ativo intangível da Companhia compõe-se, basicamente: da aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3, e a de outros softwares aplicativos de uso específico e geral de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

A movimentação do ativo intangível está assim constituída:

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2015 - R\$ MIL							
DESCRIPTIVO	SALDO 31/12/2014	ADIÇÃO	TRANSF P/SERVIÇO	AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO CAPITALIZADA	OUTROS	SALDO 30/09/2015
Em curso	23.755	2.388	(1.773)	-	148	-	24.518
Em serviço - custo	100.425	-	1.773	-	-	-	102.198
amortização	(66.041)	-	-	(7.981)	(148)	-	(74.170)
Total em serviço	34.384	-	1.773	(7.981)	(148)	-	28.028
TOTAL LÍQUIDO	58.139	2.388	-	(7.981)	-	-	52.546

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2014 - R\$ MIL							
DESCRIPTIVO	SALDO 31/12/2013	ADIÇÃO	TRANSF P/SERVIÇO	AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO CAPITALIZADA	OUTROS	SALDO 31/12/2014
Em curso	20.631	20.326	(17.355)	-	153	-	23.755
Em serviço - custo	83.070	-	17.355	-	-	-	100.425
amortização	(55.357)	-	-	(10.531)	(153)	-	(66.041)
Total em serviço	27.713	-	17.355	(10.531)	(153)	-	34.384
TOTAL LÍQUIDO	48.344	20.326	-	(10.531)	-	-	58.139

NOTA 16 – FORNECEDORES

- a) O saldo de fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, concentrado de urânio e serviços para o estoque de combustível nuclear e para aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais da ELETRONUCLEAR.
- b) Também está composta nessa rubrica a provisão do valor de R\$ 173.802 (R\$ 154.091 em 31 de dezembro de 2014), a ser pago a FURNAS. Essa provisão, entendida como devolução líquida a FURNAS de faturamento a maior, decorre do seguinte:
 - 1) Diferença a favor de FURNAS entre as tarifas provisórias que deram base ao faturamento da ELETRONUCLEAR de 2010, 2011 e 2012, e as tarifas definitivas recentemente divulgadas pela Resolução Homologatória nº 1.585, de 13 de agosto de 2013, a crédito desta rubrica, no valor de R\$ 211.060.

- 2) Complemento de faturamento realizado pela ELETRONUCLEAR no período de 2005 a 2012, a débito desta rubrica, referente às diferenças das perdas na transmissão no valor de R\$ 73.468.
 - 3) Atualização monetária de R\$ 10.617 e juros de R\$ 5.882 a crédito desta rubrica no resultado de 2014.
 - 4) Atualização monetária de R\$ 12.372 e juros de R\$ 7.339 a crédito desta rubrica no terceiro trimestre de 2015.
- c) A variação cambial destacada refere-se à atualização das faturas em moedas estrangeiras processadas desde seus registros até a data do balanço.

Abaixo, quadro com a composição da dívida com fornecedores:

FORNECEDORES EM 30/09/2015				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Variação cambial	Provisões	TOTAL
<u>Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	57.934	57.934
Fornecedores - nacional	223.625	-	108.826	332.451
Fornecedores - exterior	9.513	18.109	(16.639)	10.983
TOTAL CIRCULANTE	233.138	18.109	150.121	401.368
<u>Não Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	115.869	115.869
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	115.869	115.869
TOTAL EM 30/09/2015	233.138	18.109	265.990	517.237

FORNECEDORES EM 31/12/2014				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Variação cambial	Provisões	TOTAL
<u>Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	51.364	51.364
Fornecedores - nacional	42.502	-	343.878	386.380
Fornecedores - exterior	19.629	4.666	(5.643)	18.652
TOTAL CIRCULANTE	62.131	4.666	389.599	456.396
<u>Não Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	102.727	102.727
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	102.727	102.727
TOTAL EM 31/12/2014	62.131	4.666	492.326	559.123

NOTA 17 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos são:

Aplicações nas Usinas Angra 1 e Angra 2

Tratam-se de financiamentos captados com a Eletrobras para diversas etapas de melhoramentos da Usina Angra 2, para a troca dos geradores de vapor da Usina Angra 1 e para o capital de giro da companhia.

Em 23 de Julho de 2015, houve o ingresso do montante de R\$ 11.560, referente um novo contrato de empréstimo de curto prazo com a Eletrobras para financiamento de capital de giro, nos termos da Resolução 408/2015, de 20 de Julho de 2015. Este contrato possui um prazo de carência de 6 meses e será amortizado em parcela única em 29 de Fevereiro de 2016.

Em garantia dos compromissos assumidos com a Eletrobras, a ELETRONUCLEAR vinculou sua receita própria, oriunda das usinas Angra 1 e Angra 2, aos débitos previstos nos financiamentos. Tal vinculação está suportada por procurações outorgadas por instrumento público, para que, em caso de inadimplência, possa receber diretamente os valores em atraso.

Aplicações nas Usinas Angra 3

Em 24 de janeiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº ECF-2878/2010 entre a Companhia e a Eletrobras, com interveniência do Banco do Brasil, com abertura de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, na ordem de R\$ 890.000, para retomada do empreendimento de implementação da usina nuclear Angra 3.

Em 23 de fevereiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº 10.2.2032.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a ELETRONUCLEAR, com interveniência da Eletrobras, com abertura de um crédito de R\$ 6.14 bilhões, destinados à implantação da usina Angra 3.

Em garantia dos compromissos assumidos com o contrato do BNDES acima, a ELETRONUCLEAR constituiu uma Cessão Fiduciária em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretroatável, até o final da liquidação de todas as obrigações deste contrato, decorrentes da venda de energia produzida pela Usina de Angra 3.

A ELETRONUCLEAR deve apresentar ao BNDES, trimestralmente, Relatório Gerencial sobre a evolução física e financeira do projeto de Angra 3, assim como o Relatório sobre o andamento dos Programas Ambientais do empreendimento. Outras obrigações da empresa incluem: a permissão de ampla inspeção das obras do projeto por parte de representantes do BNDES; a comunicação ao banco de fomento de qualquer ocorrência que acarrete a alteração do Quadro de Usos e Fontes do projeto; não conceder preferência a outros créditos sem a anuência do BNDES; apresentar até 30 de Abril de cada ano as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas por empresa registrada na Comissão de Valores Mobiliários.”

Em 28 de junho 2013, foi assinado o contrato nº 0410.351-27/2013 entre a ELETRONUCLEAR e a Caixa Econômica Federal (contrato principal), no montante de R\$ 3.800.000, para financiamento de parte dos empreendimentos de Angra 3, referente à importação de equipamentos e serviços. O prazo do contrato é de 25 anos, a partir da data de assinatura, com a taxa de juros de 6,5% a.a.

Como tais exigências não foram preenchidas no período programado, e como havia uma grande quantidade de faturas de equipamentos e serviços já vencidas, e também depois de diversas tratativas entre as partes, optou-se pela assinatura de um subcontrato em 30/09/2013, denominado Empréstimo-Ponte nº 0418.626-06/2013, com garantia da Eletrobras, no valor de R\$ 1 bilhão, com a taxa de juros de 6,7% a.a. capitalizados e incorporados ao saldo devedor. Tal contrato já está assinado e registrado em cartório. Todos os saques previstos foram efetuados e em 27 de Julho de 2015 foi efetuada a quitação final do referido contrato.

Com o contrato de garantia assinado pelo Tesouro Nacional em 08 de Junho de 2015, o contrato principal de R\$ 3.800.000 firmado com a Caixa Econômica Federal – CEF em 28 de Junho de 2013 entrou em vigor em conformidade com o estipulado na Cláusula Vigésima Sexta – Eficácia.

No dia 27 de Julho de 2015, foi efetuado o nosso primeiro pedido de desembolso à CEF, no valor de R\$ 1.983.570, dos quais foram deduzidos o valor do Empréstimo-Ponte de R\$ 1.078.003, incluindo os juros em curso de R\$ 5.390 calculados até o dia 27 de Julho de 2015. O saldo remanescente de R\$ 905.566 foi utilizado para pagar diversas faturas de importação de serviços e equipamentos, até então pendentes de pagamento.

Como consequência, em 27 de Julho de 2015, fizemos o lançamento contábil da quitação do novo saldo devedor da conta de curto prazo (R\$ 1.078.003), e contabilizamos o valor do primeiro desembolso do contrato principal (R\$ 1.983.570) na conta de longo prazo.

a) Quadro dos financiamentos e empréstimos

DESCRIÇÃO	30/09/2015					31/12/2014				
	R\$ MIL					R\$ MIL				
	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL	TX. EFETIVA	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL	TX. EFETIVA
CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
<u>ANGRAS 1 e 2:</u>										
ELETOBRAS	-	64.654	344.052	408.706	7,00%	-	56.843	382.792	439.635	7,00%
<u>ANGRA 3:</u>										
ELETOBRAS	-	-	594.250	594.250	5,50%	-	-	594.240	594.240	7,00%
			445.433	445.433	14,86%			445.443	445.443	5,50%
BNDDES	9.706	18.119	3.109.594	3.137.419	7,72%	7.164	-	2.622.387	2.629.551	6,72%
CEF	8.656	-	1.997.555	2.006.211	6,50%	5.760	1.031.613	-	1.037.373	6,70%
TOTAL GERAL	18.362	82.773	6.490.884	6.592.019		12.924	1.088.456	4.044.862	5.146.242	

b) Quadro das mutações dos financiamentos e empréstimos

MUTAÇÕES DOS FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	EM R\$ MIL		
	MOEDA NACIONAL		TOTAL
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.101.380	4.044.862	5.146.242
Ingressos	11.560	2.328.570	2.340.130
Encargos - resultado	39.018	-	39.018
Encargos - investimento	280.018	-	280.018
Variação Monetária - resultado	41	3.674	3.715
Transferência para o circulante	56.851	(56.851)	-
Incorporação de encargos ao principal	(170.629)	170.629	-
Pagamentos	(1.217.104)	-	(1.217.104)
Saldo em 30 de setembro de 2015	101.135	6.490.884	6.592.019

c) Dívida total com seus vencimentos programados

FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS POR VENCIMENTOS		
ANO	R\$ MIL	
	30/09/2015	31/12/2014
2015	32.525	1.101.188
2016	113.977	99.894
2017	185.764	180.176
2018	248.552	212.595
2019	289.997	220.627
2020	301.088	226.742
2021	312.991	233.268
Após 2021	5.107.125	2.871.752
TOTAIS	6.592.019	5.146.242

NOTA 18 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

A seguir, a composição das obrigações com tributos e contribuições sociais que se apresentam consignados no passivo circulante, e que compõem as obrigações correntes, na sua totalidade, a vencer e sem registro de qualquer inadimplência, e os passivos fiscais diferidos.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL	
	30/09/2015	31/12/2014
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
PASEP e COFINS - Diferidos	3.347	3.347
PASEP e COFINS	12.780	12.713
PASEP e COFINS - Provisão	(14.499)	(14.499)
Taxas de importação	9.375	2.737
COSIRF	3.631	4.099
CIDE s/serviços no exterior	3.290	6.949
IRRF - Folha de pagamento	11.942	15.386
INSS	12.873	11.539
FGTS	3.766	4.073
ISS sobre importação e outros	3.467	4.287
Outros	5.671	792
TOTAL	55.643	51.423

A companhia constitui IRPJ e CSLL Diferidos sobre outros resultados abrangentes, ajustes relativos à adoção da Lei nº11.638, bem como sobre diferenças temporárias que, em setembro de 2015, geraram uma posição líquida ativa de IRPJ e CSLL Diferidos no montante total de R\$ 1.885.299 mil (R\$ 482.618 em 2014), contabilizados no Ativo Não Circulante. Todavia, em respeito ao estabelecido pelo CPC 32, foram registradas contas retificadoras, no mesmo montante, também no Ativo Não Circulante, de forma que o citado Ativo Diferido estivesse limitado ao montante do Passivo Diferido de IRPJ e CSLL.

DESCRIÇÃO	PASSIVO FISCAL DIFERIDO - R\$ MIL							
	30/9/2015				31/12/2014			
	PASSIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a vr presente descomissionamento	611.306	55.018	152.827	207.844	673.305	60.597	168.326	228.924
Provisão para participações de empregados	(38.171)	(3.435)	(9.543)	(12.978)	(51.149)	(4.603)	(12.787)	(17.391)
Corr.monetária imobilizado 1995 a 1997	175.206	15.769	43.802	59.570	183.739	16.537	45.935	62.471
Imobilizado do descomissionamento-AVP	(25.219)	(2.270)	(6.305)	(8.574)	(24.324)	(2.189)	(6.081)	(8.270)
Imobilizado do descomissionamento-Custo	(8.464)	(762)	(2.116)	(2.878)	1.775	160	444	604
Outros ajustes CPC	(207.591)	(18.683)	(51.898)	(70.581)	(158.196)	(14.238)	(39.549)	(53.787)
Baixa despesas administrativas	(207.038)	(18.633)	(51.760)	(70.393)	(215.098)	(19.359)	(53.775)	(73.133)
Impairment	(4.475.899)	(402.831)	(1.118.975)	(1.521.806)	(557.834)	(50.205)	(139.459)	(189.664)
Ajuste CPC - Baixa de Angra 3	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)
Transfer.de estoque para o Imobilizado	(88.276)	(7.945)	(22.069)	(30.014)	(71.399)	(6.426)	(17.850)	(24.276)
Receita financ.capitalizada no Imobilizado	(68.659)	(6.179)	(17.165)	(23.344)	(56.207)	(5.059)	(14.052)	(19.110)
Provisão para benefícios pós emprego	19.667	1.770	4.917	6.687	62.975	5.668	15.744	21.412
Provisão para devedores duvidosos	(97.097)	(8.739)	(24.274)	(33.013)	(97.054)	(8.735)	(24.264)	(32.998)
Provisão p/atualização depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingências judiciais	(167.111)	(15.040)	(41.778)	(56.818)	(148.314)	(13.348)	(37.079)	(50.427)
Provisão para desvalorização de títulos	(1.532)	(138)	(383)	(521)	(1.532)	(138)	(383)	(521)
Provisão para Plano de Incentivo - PSPE	(224.909)	(20.242)	(56.227)	(76.469)	(219.299)	(19.737)	(54.825)	(74.562)
Subtotal	(5.492.984)	(494.369)	(1.373.246)	(1.867.615)	(1.367.809)	(123.103)	(341.952)	(465.056)
Compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	(5.492.984)	(494.369)	(1.373.246)	(1.867.615)	(1.367.809)	(123.103)	(341.952)	(465.056)
(-)Ativo Diferido	5.492.984	494.369	1.373.246	1.867.615	1.367.809	123.103	341.952	465.055
Outros resultados abrangentes	52.013	4.681	13.003	17.684	51.654	4.649	12.914	17.562
(-) Outros resultados abrangentes	(52.013)	(4.681)	(13.003)	(17.684)	(51.654)	(4.649)	(12.914)	(17.562)
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-

Em 30 de junho de 2012, os cálculos do IRPJ e CSLL diferidos passaram para Provisões Ativas, permanecendo até hoje, e não foram contabilizadas pela ELETRONUCLEAR em conformidade com o CPC 32 - Art 24.

No dia 14 de Maio de 2014, a Medida Provisória (MP) nº 627, veio a ser convertida na atual Lei nº 12.973/14 a qual revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) definição do tratamento específico sobre tributação de lucros ou dividendos; (iii) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Lei nº 12.973/14 têm vigência a partir de 1º de Janeiro de 2015, sendo facultada aos contribuintes a opção pela antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014.

A administração optou pela não adoção da antecipação prevista na referida legislação tendo em vista que não havia identificado nenhum benefício para a Companhia.

NOTA 19 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

OBRIGAÇÕES ESTIMADAS		
Composição	R\$ MIL	
	30/09/2015	31/12/2014
Provisão IR e CSLL sobre lucro real	14.899	18.791
Provisão de férias e gratificação de férias	52.121	48.544
Encargos sociais sobre provisão de férias	26.214	25.893
Provisão de 13º salário	11.616	(10)
Encargos sociais sobre provisão de 13º salário	8.709	-
TOTAL	113.559	93.218

NOTA 20 – ENCARGOS SETORIAIS

ENCARGOS SETORIAIS		
Composição	R\$ MIL	
	30/09/2015	31/12/2014
RGR	21.400	31.042
Taxa de fiscalização da Aneel	635	607
TOTAL	22.035	31.649

NOTA 21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Em 30 de setembro de 2015 não ocorreram alterações na natureza e nas condições dos planos de benefícios à aposentadoria em relação ao descrito na Nota 21 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A companhia entende que não houve impacto material nos benefícios pós-emprego por conta das adesões ao plano de incentivo de desligamento mencionado na nota 22.

Os saldos dos benefícios de aposentadoria podem ser demonstrados como segue:

	30/9/2015	31/12/2014
Obrigações registradas no balanço patrimonial com		
Benefícios de planos de pensão	80.596	60.306
Benefícios de saúde pós-emprego	18.040	18.040
	98.636	78.346
(-) parcela classificada no passivo circulante	(5.093)	(11.832)
	93.543	66.514

	30/09/2015	30/09/2014
Receitas (despesas) reconhecidas na demonstração do resultado		
Benefícios de planos de pensão	(30.142)	(8.482)
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes	(3.218)	(4.397)
Ganhos (perdas) atuariais das dívidas contratadas reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes	3.577	(2.294)
Redução (aumento) no ativo nos outros resultados abrangentes	-	-
	359	(6.691)

Conforme descrito na Nota 21 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos, no período em que ocorrem em outros resultados abrangentes conforme orientação do CPC 33.

a) Movimentação das obrigações de benefícios de aposentadoria

O estudo atuarial, em consonância com o CPC 33, efetuado por atuário independente para a data base de 31 de dezembro de 2014, apresentou passivo de R\$ 78.346. O referido estudo atuarial será revisado em 31 de dezembro de 2015. A movimentação das obrigações dos benefícios de aposentadoria pode ser assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	78.346
Pagamentos	(10.210)
Valores reconhecidos no resultado	30.142
Perdas atuariais reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes	359
Saldo em 30 de setembro de 2015	98.637

NOTA 22 – PROVISÃO PARA PLANO DE INCENTIVO DE DESLIGAMENTO

A Companhia instituiu, em fevereiro de 2014, o Plano de Sucessão Programada dos Empregados – PSPE, conforme aprovado na 282ª reunião do conselho de Administração da ELETRONUCLEAR, de 19/12/2012, com o início das adesões para março de 2014 e término em abril de 2014. Até 31 de dezembro de 2014, ocorreram 372 desligamentos, e os demais ocorrerão até dezembro de 2015.

A ELETRONUCLEAR reconheceu contabilmente no resultado de 2015 (conforme notas 27 e 28) uma baixa de R\$ 37.952 devido aos empregados efetivamente desligados e um complemento de provisão no montante de R\$ 43.563 decorrente de ajustes salariais dos empregados remanescentes até o término do exercício. O saldo da provisão em 30 de setembro de 2015 é R\$ 224.210 (R\$ 219.299 em dezembro de 2014).

NOTA 23 – PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia, amparada pela sua Procuradoria Jurídica, mantém o registro no passivo não circulante, de provisão para contingências judiciais, consideradas de perda provável para a Companhia, conforme quadro abaixo:

a) Composição

CONTINGÊNCIAS	R\$ MIL			
	30/9/2015		31/12/2014	
	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais
TRABALHISTAS				
Data-Base dos Engenheiros	15.732	-	15.732	-
Diferenças de remunerações	34.650	8.114	26.139	7.643
Planos Bresser, Collor, etc.	4.633	1.986	4.633	1.981
Outras	2.399	1.889	2.151	642
Atualização	9.555	-	9.491	-
	66.969	11.989	58.146	10.266
TRIBUTÁRIAS				
Tributos Feder/Estaduais	217	80	217	80
INSS	14.211	32.482	14.211	32.482
Atualização	44.840	-	40.576	-
	59.268	32.562	55.004	32.562
CÍVEIS				
Desapropriações	-	-	-	-
Responsabilidade civil	1.657	80	1.657	80
Outros	306	111	283	40
Atualização	12.381	-	11.126	-
	14.344	191	13.066	120
AMBIENTAL				
Contecioso ambiental	25.293	-	25.187	-
Atualização	6.812	-	4.005	-
	32.105	-	29.192	-
TOTAL	172.686	44.742	155.408	42.948

Os depósitos judiciais apresentados no quadro acima são apenas aqueles vinculados às contingências de perda provável. Os demais depósitos judiciais da Companhia estão divulgados na Nota 12.

A ação trabalhista Data-Base dos Engenheiros, no valor de R\$ 15.732, refere-se à reclamação trabalhista movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro contra FURNAS Centrais Elétricas S.A., ajuizada antes da data da cisão daquela empresa, que contempla empregados transferidos por sucessão trabalhista para a ELETRONUCLEAR. Tal contingência é integralmente de responsabilidade de FURNAS,

conforme previsto no item 5, do Termo Aditivo ao Protocolo ajustado com FURNAS, em 23 de maio de 1997, estando, portanto, correspondida a um direito de igual valor registrado na conta "Outros" no ativo não circulante.

Em abril de 2014, foram inseridas provisões prováveis de multas ambientais relacionadas a processos administrativos em curso no IBAMA, decorrentes de autos de infração pela captura incidental de quelônios em Angra 2, que monta o valor de R\$ 21.687, atualizados em R\$ 27.364.

Os processos judiciais, avaliados como de perda possível, movidos contra a Companhia, e, portanto, não provisionados, montam R\$ 143.518 atualizados em 30 de setembro de 2015 (R\$ 117.341 em 31 de dezembro de 2014), sendo R\$ 15.942 de processos de natureza trabalhista (R\$ 8.992 em 31 de dezembro de 2014), R\$ 127.418 de ações tributárias (R\$ 108.206 em 31 de dezembro de 2014), R\$ 153 de ações cíveis (R\$ 139 em 31 de dezembro de 2014) e outros de natureza ambiental R\$ 5 (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2014).

Dentre essas ações de causas possíveis, destaca-se a ação de execução fiscal movida pelo Estado do Rio de Janeiro em 2009, cujo objeto é crédito de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, supostamente incidente sobre importação de mercadorias, cujo processo de número 0003767-29.2009.8.19.0001 e garantia, montam R\$ 93.570.

Adicionalmente, a Companhia vem questionando um auto de infração, cujo objeto trata de despesas de descomissionamento consideradas como dedutíveis no ano base de 2005. O valor do auto de infração de número 18.471.001076/2005-94 é de R\$ 3.530, atualizados em R\$ 11.694 e os advogados da Companhia avaliam a sua probabilidade de perda em relação a essa causa como possível.

Vale ressaltar que, a Companhia manteve o critério de deduzir as despesas de descomissionamento das suas bases de apuração de imposto de renda e contribuição social.

Os processos de contingência ativa com expectativa de ganho provável para retorno de caixa à ELETRONUCLEAR referentes a processos tributários federais e outros de natureza cível, e não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentam o montante de R\$ 9.788.

b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DAS CONTIGÊNCIAS JUDICIAIS - R\$ MIL					
Composição	SALDO EM 31/12/2014	ATUALIZAÇÃO EM 30/09/2015	MOVIMENTAÇÃO		SALDO EM 30/9/2015
			BAIXAS	INCLUSÕES	
Trabalhistas	58.146	64	(2.928)	11.687	66.969
Tributárias	55.004	4.264	-	-	59.268
Cíveis	13.066	1.255	-	23	14.344
Ambiental	29.192	2.807	-	106	32.105
TOTAL	155.408	8.390	(2.928)	11.816	172.686

NOTA 24 – OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

a) Descomissionamento

a.1) Constituição do Passivo para descomissionamento

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos destas usinas para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas.

O descomissionamento pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

No exercício de 2013 foi realizado um estudo para atualização da estimativa de custos necessária para execução das atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2. O estudo concluiu por aumentar a mencionada estimativa para R\$ 2.089.513, sendo R\$ 938.175 para a Usina Angra 1 e R\$ 1.151.338 para a Usina Angra 2. O valor presente correspondente registrado no passivo é de R\$ 709.415. Tal estudo foi aprovado pela Diretoria Executiva, conforme RDE 1160.006/13 de 19.12.2013 e prevê atualização há cada cinco anos.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento, referentes à desmontagem e remoção do item e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

O custo total estimado é descontado a valor presente, com base em taxa que represente o custo de capital da Companhia e registrado no Imobilizado, em contrapartida a obrigação para desmobilização de ativos.

O saldo do passivo para descomissionamento a valor presente, em 30 de setembro 2015 é de R\$ 1.217.833 (R\$ 1.314.480 em 31 de dezembro de 2014).

a.2) Ajuste a valor presente do descomissionamento

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento é considerado o custo total estimado para o descomissionamento, descontado a uma taxa que represente o custo de capital da Companhia, desde o final da vida útil econômica de cada usina até a data do balanço.

A taxa de desconto atual aprovada para o sistema Eletrobras é de 6,69% ao ano.

O valor do ajuste a valor presente do descomissionamento reconhecido no resultado em setembro de 2015 é de R\$ 160.312 (R\$ 79.145 em dezembro de 2014).

b) Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear Usado - Constituição do Passivo

A Diretoria executiva da Companhia aprovou, através da resolução RDE nº 1247.003/15 de 12/08/2015, o Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela GCE 037/10 de 01/06/2010, estendido para 2015, com a revisão das estimativas de Custos de Gerenciamento de Rejeitos Radioativos Operacionais e dos Elementos de Combustível Nuclear Usados ao Final da vida útil das Usinas Angra 1 e Angra 2, para a data base julho 2015. Essa atualização atende ao estabelecido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear na Resolução CNEN nº 187 de 15/05/2015.

As estimativas de custos para gerenciamento, em longo prazo, dos rejeitos operacionais de baixo e médio nível de atividade e dos elementos combustíveis usados foram as seguintes:

b.1) Para transporte e disposição final dos rejeitos operacionais de baixa e média atividade, relativos ao volume acumulado até 2020, quando se considera que será iniciada sua transferência para o Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Nível de Atividade (RBMN), a ser implantado pela CNEN, responsável legal pela guarda final desses rejeitos, será despendido o montante de R\$ 55,268 Milhões (Base JUL/2015).

b.2) Para armazenagem inicial dos elementos combustíveis usados até o final da década de 2070, quando se estima ocorrer o término da vida útil de Angra 3 e, portanto, da própria CNAEA, a estimativa está representada pelo valor de R\$ 610,124 milhões (Base JUL/2015), montante que será despendido para implantação da Instalação para Armazenamento dos Combustíveis Irrradiados (UFC) e respectivo sistema de movimentação dos elementos combustíveis das usinas para essa instalação, cujo projeto encontra-se em andamento e cujo comissionamento deverá ocorrer até 2020.

Nos termos do Pronunciamento Técnico 27 e ICPC 12, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a ELETRONUCLEAR contabilizou no Ativo Imobilizado, em contrapartida ao Passivo Não Circulante, os valores das estimativas aprovadas.

d) O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de desmobilização de ativos:

DESCOMISSONAMENTO - R\$ MIL				
USINA	30/09/2015			31/12/2014
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	938.175	(422.781)	515.394	490.961
ANGRA 2	1.151.338	(922.012)	229.326	218.454
TOTAL	2.089.513	(1.344.793)	744.720	709.415
REJEITOS DE BAIXA E MÉDIA ATIVIDADE E COMBUSTÍVEL NUCLEAR USADO - R\$ MIL				
USINA	30/09/2015			31/12/2014
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	248.137	(71.516)	176.621	321.878
ANGRA 2	416.545	(120.053)	296.492	283.187
TOTAL	664.682	(191.569)	473.113	605.065
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS - R\$ MIL				
USINA	30/09/2015			31/12/2014
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	1.186.312	(494.297)	692.015	812.839
ANGRA 2	1.567.883	(1.042.065)	525.818	501.641
TOTAL	2.754.195	(1.536.362)	1.217.833	1.314.480

NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Composição acionária

ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES				CAPITAL SOCIAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	%	VALOR - R\$ mil
Centrais Elétr. Brasil. S.A - ELETROBRAS	20.394.839.086	5.703.210.901	26.098.049.987	99,91	6.601.248
Depto de Águas E. Elétrica Est.SP - DAEE	5.960.026	7.405.548	13.365.574	0,05	3.477
LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A	-	5.058.993	5.058.993	0,02	1.316
Outros	1.176.930	3.504.063	4.680.993	0,02	1.217
TOTAL	20.401.976.042	5.719.179.505	26.121.155.547	100,00	6.607.258

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal, sendo as ordinárias com direito a voto.

As ações preferenciais não se podem converter em ações ordinárias e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

- prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias;
- direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias sobre a alteração do Estatuto.

Também, de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual, calculado na base de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

NOTA 26 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ MIL			
	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 9 meses findos em	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Suprimento de energia elétrica	553.489	519.399	1.657.317	1.618.404
Outros Serviços	223	220	223	220
Impostos sobre vendas				
PASEP	(9.133)	(8.570)	(27.346)	(26.844)
COFINS	(42.065)	(39.475)	(125.956)	(123.646)
ISS	-	(11)	-	(11)
Outros	(403)	(360)	(1.221)	(1.068)
	(51.601)	(48.416)	(154.523)	(151.569)
Reserva global de reversão - RGR	(16.341)	(14.590)	(45.644)	(45.027)
TOTAL	485.770	456.613	1.457.373	1.422.028

- Suprimento de energia elétrica

O suprimento de energia elétrica das usinas nucleares Angra 1 e 2 de 10.366.644 MWh* (10.324.860* em 2014), corresponde a uma receita no terceiro trimestre de 2015 de R\$ 1.657.317 (R\$ 1.618.404 em 2014).

*Informação não auditada por auditoria independente

a) Modalidade de comercialização

Com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.11, da Lei 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 530, da Resolução Homologatória nº 1.405 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 01 de janeiro de 2013, a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 passa a ser rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional –SIN.

b)Apuração do PASEP e do COFINS

A apuração do PASEP e COFINS é feita com base no método não cumulativo utilizando a alíquota de 9,25%.

NOTA 27 – CUSTO OPERACIONAL

CUSTO OPERACIONAL				
DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 9 meses findos em	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Pessoal	141.798	158.932	351.414	397.767
Material	10.633	20.168	32.854	46.773
Serviços de terceiros	56.795	67.713	148.853	157.304
Depreciação e amortização	83.281	88.405	261.427	261.808
Encargos de uso da rede de transmissão	22.043	18.758	60.189	47.063
Combustível para produção de energia elétrica	71.124	61.867	232.239	220.505
Aluguéis	2.375	3.670	6.703	7.669
Provisão para plano de incentivo de desligamento (a)	25.225	(38.735)	4.095	223.219
Outros	4.408	5.966	16.093	19.414
TOTAL	417.682	386.744	1.113.867	1.381.522

a) Provisão para plano de incentivo de desligamento – conforme descrito na Nota 22.

NOTA 28 – DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS OPERACIONAIS				
DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 9 meses findos em	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Pessoal (a)	34.038	44.085	93.443	92.911
Material	1.190	201	4.497	824
Serviços de terceiros	26.007	20.509	78.179	61.930
Depreciação e amortização	2.693	2.870	7.817	9.347
Aluguéis	6.102	4.331	14.993	12.186
Provisões para risco e benefício pós-emprego	16.907	(13.000)	47.147	58.879
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	(4)	1	43	155
Provisão para plano de incentivo de desligamento (b)	9.332	(14.262)	1.516	82.185
<i>Impairment</i> de Angra 3 (c)	3.385.556	-	3.385.556	-
Outras provisões	549	807	1.850	2.713
Outras	26.789	4.025	35.836	16.731
TOTAL	3.509.159	49.567	3.670.877	337.861

- a) **Pessoal** – variação ocasionada por aumentos salariais e por gastos referentes ao programa para incentivo de desligamento pago nas rescisões ocorridas em 2014.
- b) **Provisão para plano de incentivo de desligamento** – conforme descrito na Nota 22.
- c) ***Impairment* de Angra 3** – conforme descrito na Nota 14.

NOTA 29 – RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO	R\$ MIL			
	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 9 meses findos em	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
RECEITAS FINANCEIRAS				
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo	1.424	-	2.081	-
Variaç.monetárias e cambiais s/dívidas com fornecedores e outros	2.393	1.514	5.489	3.085
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo - fundo para descomissionamento (Nota 11)	99.707	15.491	160.312	15.491
Outras	1.306	1.113	3.327	2.293
	104.830	18.118	171.209	20.869
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos sobre financiamentos - ELETROBRAS	(13.407)	(8.107)	(39.018)	(25.064)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	(18.741)	(19.939)	(61.999)	(57.939)
Variaç.monetárias e cambiais s/dívidas com fornecedores e outros	(35.651)	(1.321)	(92.041)	(37.251)
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo - fundo para descomissionamento (Nota 11)	-	12.660	-	-
Despesa com juros - diferença de tarifa	(2.214)	(2.199)	(7.339)	(3.639)
Variaç.monetária - diferença de tarifa	(3.613)	(980)	(12.372)	(8.352)
Outras	(8.638)	(365)	(7.953)	(7.655)
	(82.264)	(20.251)	(220.722)	(139.900)
TOTAL	22.566	(2.133)	(49.513)	(119.031)

NOTA 30 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

A apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado dos períodos findos em 2015 e 2014 segue demonstrada:

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES NO RESULTADO	R\$ MIL							
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	Períodos de 3 meses findos em				Períodos de 9 meses findos em			
	30/9/2015	30/09/2014	30/9/2015	30/09/2014	30/9/2015	30/9/2014	30/9/2015	30/9/2014
(Prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	(3.414.840)	18.168	(3.414.840)	18.168	(3.376.884)	(416.386)	(3.376.884)	(416.386)
Adições								
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	18.741	19.939	18.741	19.939	61.999	57.939	61.999	57.939
Provisões diversas	1.049	575	1.049	575	1.849	2.713	1.849	2.713
Provisão Impairment Angra 3	3.385.556		3.385.556		3.385.556		3.385.556	
Dotação à Fundação de Assist.Médica - permanente	7.673	9.598	7.673	9.598	33.007	34.477	33.007	34.477
Provisão atuarial benefício pós-emprego	10.047	2.827	10.047	2.827	30.142	8.482	30.142	8.482
Provisão para Devedores Duvidosos	21	1	21	1	100	155	100	155
Receita financeira Angra 3 transferida p/o imobilizado	10.852	2.841	10.852	2.841	12.452	7.203	12.452	7.203
Provisão para contingências	6.421	(14.755)	6.421	(14.755)	18.398	51.622	18.398	51.622
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	24.821	30.730	24.821	30.730	85.938	90.003	85.938	90.003
Provisão plano incentivo - PSPE	43.563	(52.997)	43.563	(52.997)	43.563	305.404	43.563	305.404
Provisão Variação Cambial Reg Caixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	127	560	54	446	388	5.430	247	5.237
	3.508.871	(681)	3.508.798	(795)	3.673.392	563.428	3.673.251	563.235
Exclusões								
Provisão atuarial - resultados abrangentes		10.443	-	10.443		30.480	-	30.480
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	2.687	2.687	2.687	2.687	8.060	8.060	8.060	8.060
Reversão de provisão PSPE	9.006		9.006		37.952		37.952	
Reversão de provisão para contingências	62	840	62	840	1.393	1.225	1.393	1.225
Reversão de provisão variação cambial Reg Caixa								
Reversão de provisão para plr 2014	12.978	-	12.978	-	12.978	-	12.978	-
Reversão provisão para Devedores Duvidosos	25	-	25	-	57	-	57	-
	24.758	13.970	24.758	13.970	60.440	39.765	60.440	39.765
Lucro real / Base positiva da contribuição social antes das compensações	69.276	3.517	69.200	3.403	236.068	107.277	235.927	107.084
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	20.783	1.055	20.760	1.021	70.820	32.183	70.778	32.125
Lucro real / Base positiva da contribuição social após compensações	48.493	2.462	48.440	2.382	165.248	75.094	165.149	74.959
Alíquotas dos tributos	15% + 10	15% + 10	9%	9%	15% + 10	15% + 10	9%	9%
Ajuste de períodos anteriores	(13.800)	-	(5.062)	-	0	553	-	-
Imposto de renda e contribuição social - efeito líquido no resultado do período	(1.683)	609	(702)	214	41.294	19.258	14.864	6.743

NOTA 31 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS

APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS				
DESCRIÇÃO	GERAÇÃO			
	R\$ MIL			
	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 9 meses findos em	
	30/09/2015	30/09/2014 *	30/09/2015	30/09/2014
Rendimento das aplicações financeiras contabilizados no resultado	12.276	2.840	14.533	7.203
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(10.852)	(2.840)	(12.452)	(7.203)
Efeito na receita financeira	1.424	-	2.081	-
Encargos financeiros contabilizados no resultado	118.725	66.827	319.036	178.412
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(105.318)	(58.720)	(280.018)	(153.348)
Efeito na despesa financeira	13.407	8.107	39.018	25.064
Efeito líquido no resultado	(11.983)	(8.107)	(36.937)	(25.064)

* Informação não revisada por auditoria independente

NOTA 32 - SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo venda de energia elétrica, em tarifas aprovadas pela ANEEL, e empréstimos e financiamentos contraídos junto à controladora ELETROBRAS.

Segue abaixo, quadro do saldo e transações com as empresas consideradas partes relacionadas:

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - R\$ MIL												
SALDOS	30 DE SETEMBRO DE 2015										31/12/2014	
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Eletroacre	Celg	Ceal	Cepisa	Ceron		TOTAL
Ativo												
Concessionárias - Distribuidoras	-	-	-	-	-	489	6.420	1.799	1.580	1.636	11.924	5.114
Ressarcimento Concessionárias - Distribuidoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(245)
Fundo descomissionamento	502.492	-	-	-	-	-	-	-	-	-	502.492	334.869
Outras contas a receber	22.558	4.635	55	-	-	-	-	-	-	-	27.248	36.689
Passivo												
Fornecedores	-	(1.000)	-	-	(40)	-	-	-	-	-	(1.040)	(1.750)
Fornecedores - Provisão	-	(733)	(541)	(556)	(526)	-	-	-	-	-	(2.356)	(1.800)
Devolução tarifa RH 1406/12	-	(173.802)	-	-	-	-	-	-	-	-	(173.802)	(154.091)
Financiamentos captados	(1.448.389)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.448.389)	(1.479.318)
Saldo Líquido	(923.339)	(170.900)	(486)	(556)	(566)	489	6.420	1.799	1.580	1.636	(1.083.923)	(1.260.532)
TRANSAÇÕES	30 DE SETEMBRO DE 2015										30/09/2014	
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Eletroacre	Celg	Ceal	Cepisa	Ceron		TOTAL
Receita												
Venda de energia	-	-	-	-	-	4.398	57.781	16.195	14.216	14.724	107.315	46.027
Ressarcimento Concessionárias - Distribuidoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.354)
Remuneração do fundo financeiro	160.312	-	-	-	-	-	-	-	-	-	160.312	15.491
Despesa												
Variação monetária - Devolução tarifa RH 1406/12	-	(12.372)	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.372)	(8.352)
Despesa com Juros - Devolução tarifa RH 1406/12	-	(7.339)	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.339)	(3.639)
Encargos uso da rede elétrica	-	(5.500)	(4.280)	(4.634)	(4.165)	-	-	-	-	-	(18.579)	(14.285)
Encargos financeiros	(39.018)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.018)	(25.064)
Cessão de funcionários	(238)	(200)	-	-	(345)	-	-	-	-	-	(783)	(463)
Auditoria externa	(436)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(436)	(743)
Remuneração do fundo financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Líquido	120.620	(25.411)	(4.280)	(4.634)	(4.510)	4.398	57.781	16.195	14.216	14.724	189.100	6.618

A taxa de juros praticada nas captações de recursos com a ELETROBRAS encontra-se detalhada na Nota 17.

Como patrocinadora da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes, a ELETRONUCLEAR apresenta os saldos e movimentação de valores que envolvem essas entidades na Nota 21.

NOTA 33 - TAXAS REGULAMENTARES

A Companhia incorreu, durante o período, nos seguintes encargos do setor elétrico, apropriados ao resultado:

TAXAS REGULAMENTARES	R\$ MIL			
	Períodos de 3 meses findos em:		Períodos de 9 meses findos em:	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014*
Reserva Global de Reversão - RGR classificada como retificadora da receita operacional	16.341	14.590	45.644	45.027
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema - ONS classificada como retificadora da receita operacional	23	22	65	63
Contribuição a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE classificada como retificadora da receita operacional	380	338	1.156	1.005
Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE classificada como despesa operacional - outras	1.906	1.823	5.718	6.017
TOTAL	18.650	16.773	52.583	52.112

* Informação não revisada por auditoria independente

NOTA 34– SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

Os valores segurados referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro, representados pela quantidade de moeda de origem convertida para reais pela respectiva cotação na data das demonstrações financeiras.

Como prêmio, estão apresentados os valores pagos e a pagar das apólices na moeda de origem, atualizados para equivalente em reais pela respectiva cotação na data das demonstrações financeiras.

O montante global segurado, em 30 de setembro de 2015, é de R\$ 26.166.802 e está assim distribuído:

SEGUROS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015			
SEGUROS - RAMOS	MOEDA - R\$ MIL		
	VIGÊNCIA	VALOR SEGURADO	PRÊMIO EQUIVALENTE
Riscos nucleares	30/09/2015	5.111.930	22.054
- Danos materiais		3.972.900	16.466
- Responsabilidade civil		1.139.030	5.588
Riscos de Engenharia	01/12/2015	20.657.990	330.106
- Construção		20.378.365	299.284
- Armazenamento de equipamentos		279.625	30.822
Diversos	Diversas	396.882	537
TOTAL		26.166.802	352.697

NOTA 35 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de setembro de 2015, foram de R\$ 46.013,65 e R\$ 3.014,61 (R\$ 41.341,24 e R\$ 2.632,08 em dezembro de 2014), respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETRONUCLEAR. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de setembro de 2015, corresponde a R\$ 38.692,13 (R\$ 36.861,19 em dezembro de 2014).

Nos exercícios de 2015 e de 2014, a Companhia realizou gastos com remuneração, encargos sociais e benefícios da alta administração, conforme apresentado a seguir:

NATUREZA	R\$ MIL			
	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 9 meses findos em	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Remuneração dos Diretores e Conselheiros *	781	931	2.156	2.448
Encargos Sociais	213	259	593	676
Benefícios	35	47	89	146
TOTAL	1.029	1.237	2.838	3.270

* Inclui o chefe da Auditoria Interna, vinculado ao Conselho de Administração

NOTA 36 – COMPROMISSOS

Além das obrigações registradas no presente balanço, a Companhia possuiu outros compromissos contratados até a data do balanço, mas ainda não incorridos, e cujas realizações ocorrerão nos próximos exercícios, portanto sem registros patrimoniais em 30 de setembro de 2015. Trata-se de contratos e termos de compromissos referentes: à venda de energia elétrica; à aquisição de matéria-prima - combustível nuclear - para produção de energia elétrica; aos compromissos socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3 e aquisição de bens e serviços para substituições em seu ativo imobilizado, a saber:

36.1 – Venda de energia elétrica

Com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.11, da Lei 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 530 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 2013, toda a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com as cotas-partes estabelecidas pela ANEEL para o período de 2014 a 2020, conforme Resoluções Homologatórias 1.407/2012, 1.663/2013 e 1.830/2014.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1.842/2014, estabeleceu a receita fixa de R\$ 2.246.260 para o ano de 2015, relativa à geração de energia das centrais geradoras Angra 1 e 2.

Conforme está previsto nos procedimentos estabelecidos pela ANEEL, as atualizações da receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 ocorrerão nas seguintes condições:

- Reajustes tarifários anuais, representados pela atualização inflacionária dos valores do período.
- Revisões tarifárias ocorrerão a cada intervalo de três anos.
- Revisões extraordinárias poderão ser realizadas por solicitação da Eletronuclear ou por iniciativa da ANEEL, para cobertura de custos excepcionais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos empreendimentos.

CONCESSIONÁRIA	R\$ MIL			
	2015*	2016 / 2017	2018 / 2019	2020
AES-SUL - Aes Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	14.792	118.337	118.337	54.878
AME - Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	-	-	-	40.046
AMPLA - Ampla Energia e Serviços S.A.	16.325	130.604	130.604	65.986
BANDEIRANTE - Bandeirante Energia S.A.	17.013	136.103	136.103	63.571
BOA VISTA - Boa Vista Energia S.A.	-	-	-	5.625
CAIUÁ-D - Caiuá Distribuição de Energia S.A.	1.890	15.116	15.116	7.336
CEA - Companhia de Eletricidade do Amapá	-	0	0	6.660
CEAL - Companhia Energética de Alagoas	5.207	41.657	41.657	21.811
CEB-DIS - Ceb Distribuição S.A.	10.126	81.008	81.008	40.338
CEEE-D - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	14.209	113.672	113.672	51.965
CELESC-DIS - Celesc Distribuição S.A.	29.315	234.521	234.521	114.261
CELG-D - Celg Distribuição S.A.	18.578	148.625	148.625	76.458
CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A.	11.666	93.331	93.331	49.759
CELPE - Companhia Energética de Pernambuco	18.409	147.270	147.270	71.123
ENERGISA TO - Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A.	2.817	22.534	22.534	12.280
CEMAR - Companhia Energética do Maranhão	8.489	67.914	67.914	36.082
ENERGISA MT - Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.	9.975	79.803	79.803	42.582
CEMIG-D - Cemig Distribuição S.A.	44.766	358.126	358.126	176.886
CEPISA - Companhia Energética do Piauí	4.571	36.567	36.567	19.410
CERON - Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	4.734	37.873	37.873	19.612
CNEE - Companhia Nacional de Energia Elétrica	960	7.678	7.678	3.837
COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	27.231	217.848	217.848	104.134
COELCE - Companhia Energética do Ceará	15.628	125.024	125.024	64.414
COPEL-DIS - Copel Distribuição S.A.	42.574	340.591	340.591	161.385
COSERN - Companhia Energética do Rio Grande do Norte	7.520	60.160	60.160	30.084
CPFL JAGUARI - Companhia Jaguari de Energia	792	6.337	6.337	3.277
CPFL LESTE PAULISTA - Companhia Leste Paulista de Energia	487	3.895	3.895	1.916
CPFL MOCOCA - Companhia Luz e Força de Mococa	375	3.000	3.000	1.375
CPFL PIRATININGA - Companhia Piratininga de Força e Luz	16.534	132.273	132.273	62.426
CPFL SANTA CRUZ - Companhia Luz e Força Santa Cruz	1.600	12.797	12.797	6.954
CPFL SUL PAULISTA - Companhia Sul Paulista de Energia	661	5.291	5.291	2.482
CPFL PAULISTA - Companhia Paulista de Força e Luz	37.717	301.738	301.738	148.860
CERR - Companhia Energética de Roraima	-	-	-	609
DMED - DME Distribuição S.A.	716	5.732	5.732	2.790
EBO - Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S.A.	1.151	9.211	9.211	4.522
EDEVP - Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.	1.473	11.788	11.788	5.631
EEB - Empresa Elétrica Bragantina S.A.	1.224	9.788	9.788	4.627
ELEKTRO - Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	21.948	175.588	175.588	85.857
ELETROACRE - Companhia de Eletricidade do Acre	1.414	11.313	11.313	5.555
ELETROPAULO - Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	67.870	542.957	542.957	251.777
EMG - Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.	1.985	15.883	15.883	7.866
ENERGISA MS - Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.	6.848	54.786	54.786	28.289
EPB - Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia	6.162	49.299	49.299	24.385
ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	11.102	88.820	88.820	44.680
ESE - Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.	4.579	36.629	36.629	17.058
IENERGIA - Iguaçú Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.	395	3.156	3.156	1.332
LIGHT - Light Serviços de Eletricidade S.A.	36.100	288.798	288.798	140.041
RGE - Rio Grande Energia S.A.	13.635	109.079	109.079	53.425
TOTAL	561.565	4.492.520	4.492.520	2.246.260

* Compromisso de venda de energia para os próximos 3 meses de 2015.

36.2 – Combustível nuclear

Contratos assinados com a INB - Indústrias Nucleares Brasileiras, para aquisição de matéria-prima para produção de energia elétrica e combustível nuclear para as próximas recargas das usinas Angra 1 e Angra 2, bem como a carga inicial e futuras recargas de Angra 3, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2015	16.389
2016	282.683
2017	110.117
Após 2017	6.122.514
TOTAL	6.531.703

36.3 – Compromissos socioambientais

Termos de compromissos assumidos com os Municípios, nos quais, a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2015	16.647
2016	74.025
2017	70.665
Após 2017	52.055
TOTAL	213.392

36.4 – Aquisições de bens e serviços

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de bens e serviços das usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, necessários à garantia de performance operacional desses ativos, conforme quadro demonstrativo a seguir:

BENS E SERVIÇOS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2015	1.876.753
2016	3.304.426
2017	2.430.639
APÓS 2017	838.388
TOTAL	8.450.206

37 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A Eletronuclear renovou por mais um ano o seguro das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, com a BB Seguridade/Mapfre. A Declaração de Cobertura de Seguro foi emitida em 29/10/2015 e tem cobertura de 24 horas do dia 30/10/2015 a 24 horas de 30/10/2016, fato que já foi comunicado à Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen). Este tipo de garantia é obrigatório para o funcionamento das usinas e seus termos obedecem ao Tratado de Paris, do qual o Brasil é signatário.

O contrato é um dos maiores seguros de riscos industriais do país e cobre riscos de até US\$ 1,3 bilhão. “O seguro em questão é uma apólice com dupla cobertura. Trata-se de um seguro de responsabilidade civil, que cobre danos materiais e pessoais contra terceiros; e a outra apólice cobre danos materiais para bens e instalações. O seguro de responsabilidade civil cobre cerca de 286 milhões de dólares. Já o seguro de danos materiais é de aproximadamente 500 milhões de dólares por usina.

Devido à sua complexidade, o risco das usinas nucleares de Angra 1 e 2 é integralmente assumido pelo mercado ressegurador internacional. A seguradora, no caso a BB Seguridade/Mapfre, é apenas uma intermediária, já que a legislação brasileira exige a presença de uma companhia nacional na operação.

EDNO NEGRINI
Diretor de Administração e Finanças
CPF: 140.993.061-00 – RG: 822996 – SSP/MT

LUIZ FERNANDO HENRIQUES
Superintendente Financeiro
CPF: 348.813.607-87 – CRC: RJ - 050602/O-8

BEATRIZ ALBINO DA SILVA
Gerente de Contabilidade
CPF: 090.436.427-54 – CRC: RJ – 098430/O-2